



RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO TCEPR

2012

3º TRIMESTRE DE 2012

CURITIBA

## **Composição do Tribunal de Contas do Estado do Paraná**

### **Composição do Tribunal Pleno (Biênio 2011/2012)**

- Fernando Augusto Mello Guimarães – Conselheiro Presidente
- Artagão de Mattos Leão – Conselheiro Vice-Presidente
- Nestor Baptista – Conselheiro Corregedor-Geral
- Caio Marcio Nogueira Soares – Conselheiro
- Hermas Eurides Brandão – Conselheiro
- Ivan Lelis Bonilha – Conselheiro
- Heinz Georg Herwig – Conselheiro (**até 26/04/2012**)
- José Durval Mattos do Amaral – Conselheiro (**desde 28/05/2012**)
- Jaime Tadeu Lechinski – Auditor
- Ivens Zschoerper Linhares – Auditor
- Claudio Augusto Canha – Auditor
- Sérgio Ricardo Valadares Fonseca – Auditor
- Thiago Barbosa Cordeiro – Auditor
- Samara Xavier de Alencar Lima – Secretária do Tribunal Pleno

### **Composição das Câmaras (Biênio 2011/2012)**

#### **Primeira Câmara**

- Artagão de Mattos Leão – Conselheiro Presidente do Colegiado
- Caio Marcio Nogueira Soares – Conselheiro
- Ivan Lelis Bonilha – Conselheiro
- Sérgio Ricardo Valadares Fonseca – Auditor
- Thiago Barbosa Cordeiro – Auditor
- Vera Lucia Amaro – Secretária da Primeira Câmara

#### **Segunda Câmara**

- Nestor Baptista – Conselheiro Presidente do Colegiado
- Hermas Eurides Brandão – Conselheiro
- José Durval Mattos do Amaral – Conselheiro
- Jaime Tadeu Lechinski – Auditor
- Ivens Zschoerper Linhares – Auditor
- Claudio Augusto Canha – Auditor
- Maria Augusta Camargo de Oliveira Franco – Secretária da Segunda Câmara



**Procuradores do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas**

- Elizeu de Moraes Corrêa – Procurador Geral (**desde 05/04/2012**)
- Ângela Cassia Costaldello
- Célia Rosana Moro Kansou
- Eliza Ana Zenedin Kondo Langner
- Flávio de Azambuja Berti
- Gabriel Guy Léger
- Juliana Sternadt Reiner
- Katia Regina Puchaski
- Michael Richard Reiner
- Valéria Borba



**Elaboração**  
**Coordenadoria de Planejamento – COPLAN**

**Diagramação**  
**Núcleo de Imagem**



## Sumário

|  |    |
|--|----|
| 1. Apresentação .....  | 5  |
| 2. Tribunal de Contas em ação no terceiro trimestre de 2012.....   | 5  |
| 3. O Tribunal de Contas do Estado do Paraná .....  | 12 |
| 3.1. Jurisdição.....   | 13 |
| 3.2. Competências .....  | 13 |
| 3.3. Atos Normativos.....  | 13 |
| 3.3.1. Resoluções.....   | 14 |
| 3.3.2. As Instruções Normativas .....  | 14 |
| 4. Atividades de Controle Externo e Social .....   | 14 |
| 4.1. Processos Distribuídos .....  | 15 |
| 4.2. Processos Apreciados e Decisões Proferidas .....  | 17 |
| 4.3. Sanções e Execuções .....   | 19 |
| 4.3.1. Acompanhamento das Execuções .....  | 19 |
| 4.3.3. Determinações.....  | 20 |
| 4.4. Fiscalizações .....   | 22 |
| 4.4.1. Os procedimentos de Fiscalização.....   | 22 |
| 4.4.2. O Plano Anual de Fiscalização .....   | 23 |
| 4.4.3. Participação em Auditoria de responsabilidade da Coordenadoria de Auditorias (CAD) no 3º trimestre de 2012: ..... | 24 |
| 4.4.4. Fiscalizações realizadas na Área de Engenharia e Arquitetura .....  | 25 |
| 4.5. Atuação do Ministério Público junto ao TCE-PR .....   | 27 |
| 5. Atividades Institucionais.....  | 29 |
| 5.1. Planejamento e Gestão .....   | 30 |
| 5.2. Gestão de Pessoas .....   | 32 |
| 5.2.1. Quadro de Pessoal do TCE-PR no terceiro trimestre de 2012:.....   | 32 |
| 5.2.2. Desenvolvimento profissional e capacitação dos servidores em .....  | 32 |
| eventos internos e externos do TCE-PR no terceiro trimestre de 2012 .....  | 32 |
| 5.2.2.1 Capacitação de Servidores - Interno.....   | 32 |
| 5.2.2.2 Capacitação de Servidores - Terceiros .....  | 33 |
| 5.3. Tecnologia da Informação.....   | 35 |
| 6. Portfólio de Programas e Projetos Institucionais do TCE-PR.....   | 36 |
| 6.1. Programa Gestão Pública .....   | 38 |



|   |    |
|---|----|
| 6.2. Programa Fiscalização Cidadã.....  | 40 |
| 6.3. Programa TCE Digital II.....   | 42 |
| 7. Relacionamento com o Público Externo .....                                   | 43 |
| 7.1. Convênios e Parcerias.....   | 43 |
| 7.1.1. Parcerias que o TCE-PR manteve durante o terceiro trimestre de 2012..... | 43 |
| 7.1.2. Parcerias relacionadas ao projeto PAF SOCIAL.....                        | 46 |
| 7.1.3. Parcerias que estão tramitando no TCE-PR.....                            | 46 |
| 7.1.4. Parcerias sem formalização .....   | 47 |
| 7.2. Divulgação Institucional .....   | 47 |
| 7.3. Eventos Externos.....  | 47 |
| 7.3.1 Representação Institucional.....  | 48 |
| 7.3.2 Programa de Capacitação para Jurisdicionados.....                         | 49 |
| 7.3.3 Outros Eventos realizados pela EGP .....                                  | 51 |
| 7.3.4. Eventos relacionados ao Controle Social e promovidos pela EGP.....       | 52 |
| 8. Resultado Orçamentário e Financeiro .....                                    | 52 |
| 9. Fonte de Informações .....   | 53 |
| 10. ANEXOS .....  | 54 |
| 11. Lista de Abreviaturas e Siglas .....  | 55 |

## **1. Apresentação**

A cada ano, o Tribunal incorpora tecnologias e objetos de análise que possibilitam mais do que uma avaliação técnica, oferecendo informações que se tornam instrumentos de gestão do administrador público. No 3º trimestre de 2012, houve a votação do parecer técnico sobre a prestação de contas de 2011 do Governo do Paraná. Com a qualificação, o talento e a dedicação de uma equipe multidisciplinar de técnicos da Casa, que reuniu mais de duas dezenas de profissionais, o TCE ofereceu ao cidadão paranaense uma radiografia minuciosa do desempenho do Estado nas principais áreas de interesse social.

Um grande destaque do trimestre foi o encerramento da primeira fase do projeto de auditoria social realizado no Paraná pelo TCE. O PAF Social é uma parceria do Tribunal com as sete universidades estaduais, que tem o objetivo de despertar a cidadania e a responsabilidade social. A partir da indicação dos próprios estudantes e professores, e sob supervisão de técnicos da Casa, foram realizadas auditorias nas áreas de gestão do lixo, compra e distribuição de medicamentos e transporte escolar. Também foram levantados indicadores de saúde e educação. No total, o trabalho abrangeu 110 municípios paranaenses. Através do Projeto PAF Social, o TCE colocou, em definitivo, a sociedade a participar da fiscalização do correto emprego do dinheiro público, integrando as universidades, os observatórios sociais e as entidades de classe ao trabalho que o Tribunal já realiza. É o primeiro passo para desenvolver, aqui no estado, o princípio de que cada cidadão precisa ser responsável pelo controle da correta aplicação do imposto que paga.

Dentre as demais ações que mereceram destaque no trimestre, destacam-se a apresentação dos resultados da implantação do projeto piloto de trabalho remoto, diversas parcerias firmadas entre o Tribunal com diferentes órgãos (UFPR, CREA-PR, TCU, Secretaria de Assuntos Estratégicos do Governo), além dos trabalhos realizados pelas Comissões de Fiscalização (Obras Paralisadas e Copa de 2014). Todas as ações estão descritas no presente relatório.

## **2. Tribunal de Contas em ação no terceiro trimestre de 2012**

Os principais dados, benefícios e resultados decorrentes das atividades desenvolvidas pelo TCE-PR no 3º trimestre de 2012 estão sintetizados abaixo:

|  |                    |
|--|--------------------|
| <b>Processos distribuídos</b>                                    | 3.909              |
| <b>Processos apreciados e decisões proferidas</b>                | 3.845              |
| <b>Determinações emitidas</b>                                    | 44                 |
| <b>Sanções (valor aplicado)</b>                                  | R\$ 2.027.269,02   |
| <b>Sanções (valor recolhido)</b>                                 | R\$ 771.979,92     |
| <b>MPjTC (emissão de pareceres)</b>                              | 5.551              |
| <b>Servidores estatutários ativos</b>                            | 651                |
| <b>Servidores envolvidos em cursos internos</b>                  | 153                |
| <b>Eventos internos de capacitação de servidores</b>             | 26                 |
| <b>Servidores envolvidos em cursos externos</b>                  | 191                |
| <b>Eventos externos de capacitação de servidores</b>             | 45                 |
| <b>Projetos em andamento na DTI</b>                              | 48                 |
| <b>Atendimentos solicitações de serviços pela DTI</b>            | 2.493              |
| <b>Atendimentos de demandas do Canal de Comunicação pela DTI</b> | 466                |
| <b>Parcerias mantidas com outros órgãos</b>                      | 32                 |
| <b>Parcerias em tramitação</b>                                   | 5                  |
| <b>Parcerias sem formalização</b>                                | 1                  |
| <b>Parcerias relacionadas ao PAF SOCIAL</b>                      | 9                  |
| <b>Comunicação externa (<i>releases</i>)</b>                     | 90                 |
| <b>Rede social twitter (postagens)</b>                           | 94                 |
| <b>Rede social facebook (postagens)</b>                          | 31                 |
| <b>Boletim externo (newsletter)</b>                              | 7                  |
| <b>Capacitação de jurisdicionados (participantes)</b>            | 2.448              |
| <b>Outros eventos realizados pela EGP</b>                        | 2                  |
| <b>Encontros técnicos realizados</b>                             | 1                  |
| <b>Total da dotação orçamentária no período</b>                  | R\$ 262.299.040,00 |
| <b>Total liquidado no período</b>                                | R\$ 69.040.412,48  |

**Tabela 1 - Resultados Quantitativos do TCE no 3º trimestre de 2012**

Estão relacionados, a seguir, os principais resultados da atuação do TCE-PR no período em questão, os quais se destacaram pela importância ou interesse das constatações verificadas.

- ✓ **Aprovadas, com ressalvas, as contas de 2011 do Governo Estadual**

Os conselheiros do TCE-PR aprovaram, por unanimidade, o parecer prévio pela regularidade, com ressalvas, das contas do governo estadual relativas ao exercício de 2011. A peça, que inclui 4 ressalvas, 51 determinações e 9 recomendações à Administração Estadual (Processo nº 296372/12). A população tem à sua disposição, na página da internet do TCE, assim como nas redes sociais *facebook* e *youtube*, dois vídeos sobre a prestação de contas do governo do Estado de 2011, além do respectivo relatório técnico.

### *TCE projeta redução de 7,5% no passivo de processos até dezembro*

O presidente do TCE apresentou aos deputados estaduais um balanço das atividades da instituição ao longo de 2011 e nos primeiros três meses de 2012 durante o grande expediente da Assembleia Legislativa. Ele também abordou os avanços na fiscalização, capacitação de pessoal e tecnologia. A meta de redução no passivo de processos externos – encaminhados por gestores públicos – e requerimentos em 7,5% até dezembro deste ano, foi destaque da apresentação.

#### ✓ Convênio entre TCE e UTFPR busca aprimorar sistemas de fiscalização

O Tribunal vai aumentar a eficiência das ferramentas eletrônicas de detecção de fraudes na prestação de contas dos órgãos e entes públicos. O convênio assinado entre a instituição e a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) estabelece cooperação técnico-científica na área de Tecnologia da Informação (TI). Pelo acordo, bolsistas de iniciação científica, mestrado e doutorado da UTFPR desenvolverão pesquisas em TI voltadas para sistemas de controle na prestação de contas do setor público.

#### ✓ Regime de Trabalho Remoto

O regime de trabalho remoto foi instituído em caráter experimental na Diretoria Jurídica do TCE, pela Portaria nº 245/2012-GP (publicada no DETC nº 378/2012), tendo início a partir de 09/04/2012, e no 3º trimestre apresentou os primeiros resultados.

### **QUANTO AOS RESULTADOS:**

#### **1. Quanto às metas e forma de controle:**

Os servidores em regime de trabalho remoto recebem um acréscimo de 25% na pontuação distribuída, passando de 90 para 112 pontos, conforme artigo 4º, inciso III da Portaria nº 245/12-GP.

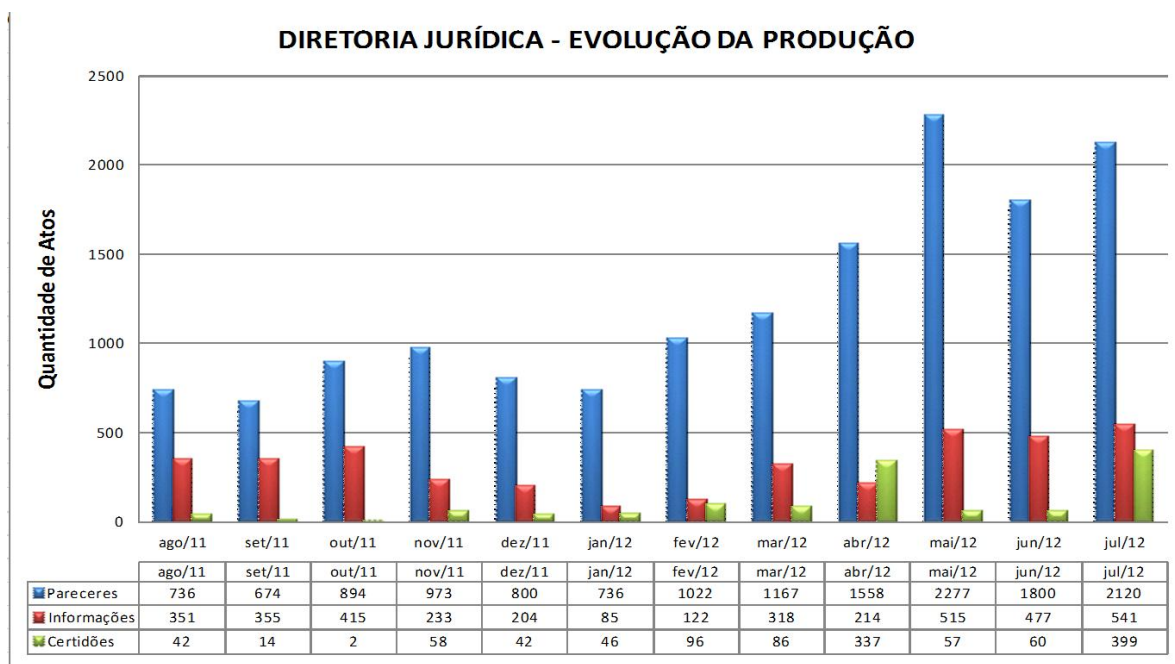
#### **2. Quanto aos resultados atingidos:**

A planilha a seguir evidencia os resultados do regime de trabalho remoto quanto à produção de atos da Diretoria Jurídica. As linhas em destaque representam os meses em que o trabalho remoto esteve vigente (que teve início em 09 de abril):

| <b>ANO</b>  | <b>MÊS</b>  | <b>PARECERES</b> | <b>INFORMAÇÕES</b> | <b>CERTIDÕES DE DECURSO DE PRAZO</b> |
|-------------|-------------|------------------|--------------------|--------------------------------------|
| 2011        | AGO         | 736              | 351                | 42                                   |
| 2011        | SET         | 674              | 355                | 14                                   |
| 2011        | OUT         | 894              | 415                | 2                                    |
| 2011        | NOV         | 973              | 233                | 58                                   |
| 2011        | DEZ         | 800              | 204                | 42                                   |
| 2012        | JAN         | 736              | 85                 | 46                                   |
| 2012        | FEV         | 1022             | 122                | 96                                   |
| 2012        | MAR         | 1167             | 318                | 86                                   |
| <b>2012</b> | <b>ABR</b>  | <b>1558</b>      | <b>214</b>         | <b>337</b>                           |
| <b>2012</b> | <b>MAIO</b> | <b>2277</b>      | <b>515</b>         | <b>57</b>                            |
| <b>2012</b> | <b>JUN</b>  | <b>1800</b>      | <b>477</b>         | <b>60</b>                            |
| <b>2012</b> | <b>JUL</b>  | <b>2120</b>      | <b>541</b>         | <b>399</b>                           |

**Tabela 2 - Resultados relacionados ao trabalho remoto. Fonte: Diretoria Jurídica – TCE-PR**

Vale ressaltar que a produção de pareceres do mês de maio de 2012 foi a mais alta da história da Diretoria Jurídica (foi consultada a base de dados até janeiro de 2001). Além disso, o estoque de processos de 2011 para triagem e encaminhamento à DCE foi zerado no período.



**Gráfico 1 - da evolução da produção através do trabalho remoto. Fonte: Diretoria Jurídica – TCE-PR**

✓ TCE adere a movimento que combate a corrupção no Paraná

A parceria foi assinada pelo presidente do TCE e pelo procurador-geral de Justiça. O “Movimento Paraná Sem Corrupção” surgiu em maio de 2012, incentivado pelo Ministério Público do Paraná, consiste numa articulação da sociedade contra a corrupção. Este é mais um passo na consolidação do estímulo ao protagonismo da cidadania na vigilância do bom uso do dinheiro público e no fortalecimento da atuação do TCE como órgão de controle externo.

✓ TCE alerta Governo Estadual sobre limite de gasto com salários

O Pleno do Tribunal aprovou a expedição de alerta ao governo paranaense sobre a extrapolação do limite de gastos com pessoal no âmbito do Poder Executivo. Juntamente com o alerta, o TCE advertiu sobre a publicação de informações incompletas ou pendentes de retificação nos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária (RREO) e Relatórios de Gestão Fiscal (RGF), exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, e que são, na verdade, retratos das finanças da máquina pública estadual, refletindo os últimos 12 meses de gestão.

✓ Processo eletrônico é modelo para outros órgãos do controle externo

Servidores do Tribunal de Contas dos Municípios do Ceará fizeram visita técnica para conhecer a experiência do TCE na adoção do processo digital. Desde 2010, a Corte de Contas

paranaense trabalha com processos 100% eletrônicos. Um grupo de técnicos do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo também veio conhecer o sistema e o processo eletrônico do Tribunal paranaense relacionado aos atos de pessoal – contratação e aposentadoria de servidores públicos.

#### ✓ Relatório do TCE aponta deficiências do Instituto Médico Legal

A contribuição fundamental do Tribunal de Contas para a melhoria da qualidade da gestão pública no Paraná ficou mais uma vez evidente a partir da Auditoria Operacional no Instituto Médico Legal do Estado. Desenvolvido ao longo de nove meses, o trabalho fez uma radiografia completa das deficiências e apontou soluções para um serviço essencial à população. A AOP do IML é resultado da atuação de uma equipe multidisciplinar de oito servidores do Tribunal. Com 43 recomendações, o relatório foi enviado à SESP, ao Ministério Público Estadual e à seccional paranaense da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

#### ✓ Alunos da UFPR auxiliam TCE na fiscalização de obras da Copa

Uma equipe de 28 estudantes de Engenharia Civil e Arquitetura da Universidade Federal do Paraná (UFPR) se uniram aos técnicos do Tribunal com um objetivo específico: fiscalizar as obras que estão sendo realizadas para que Curitiba sedie jogos da Copa do Mundo de 2014. Trata-se de um conjunto de 12 obras que visam às melhorias no escoamento do tráfego e no transporte público e somam aproximadamente R\$ 575 milhões, em investimentos do Governo do Estado e da Prefeitura de Curitiba. O convênio prevê utilização de laboratórios da universidade para testar a qualidade de materiais e se estenderá até o próximo ano, quando as obras para a Copa deverão estar concluídas.

#### ✓ Manual reunirá boas práticas de construção de obras públicas

A parceria entre o TCE e a Universidade Federal do Paraná para a fiscalização das obras da Copa de 2014 resultará em um manual de boas práticas de construção de obras públicas, que poderá ser utilizado por toda a sociedade. Projeto de extensão da UFPR, o manual reunirá indicadores de desempenho, levando-se em conta aspectos como qualidade de materiais e serviços, planejamento adequado e impacto ambiental.

#### ✓ Estado e municípios têm nova instrução do TCE para contratações e concursos

Os processos de admissão de pessoal do Estado e dos municípios paranaenses deverão ser encaminhados ao Tribunal nos termos definidos pela Instrução Normativa (IN) 71/2012. A IN define prazos, forma e composição de processos de contratação estaduais e municipais, que possibilitarão o controle externo dos atos de pessoal inteiramente por meio eletrônico.

✓ **Cautelar suspende licitação do Estado para a compra de 1.255 veículos**

---

O corregedor-geral do TCE-PR concedeu medida cautelar que suspendeu a licitação realizada pelo Governo do Estado para a compra de 1.255 veículos num valor máximo superior a R\$ 135 milhões, através do pregão eletrônico número 135/2012, promovido pela Secretaria de Estado da Administração e Previdência. Os veículos deveriam ser destinados à área de segurança pública. A decisão atendeu Representação com base na Lei de Licitações (8.666/93).

✓ **Parceria entre TCE e Fórum das Micro e Pequenas Empresas vira modelo nacional**

---

A parceria firmada entre o Fórum Permanente das Micro e Pequenas Empresas do Estado do Paraná (FPME-PR) e o Tribunal de Contas do Estado do Paraná para o treinamento de gestores públicos sobre a Lei Complementar 123/2006, serviu de modelo para um acordo que abrange todos os estados brasileiros. Também conhecida como Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, a LC 123 favorece o setor nas compras públicas.

✓ **TCE e CREA-PR consolidam parceria**

---

Consolidar a inédita parceria entre as duas instituições e definir novas iniciativas na fiscalização conjunta de obras públicas no Paraná foram os objetivos da parceria firmada entre o TCE e CREA/PR. A parceria possibilitou a troca de informações e o compartilhamento de dados para a fiscalização conjunta das obras públicas no Estado – que prevê até o rastreamento de obras por satélite. O TCE passou a contar com o reforço dos oito escritórios regionais do Conselho espalhados pelo Estado.

✓ **Convênio com a ParanaPrevidência**

---

Os presidentes do TCE e da ParanaPrevidência assinaram convênio para o compartilhamento das bases de dados e a integração de soluções tecnológicas das duas instituições. O Tribunal de Contas disponibilizará, mensalmente e em meio digital, dados do Sistema de Informações Municipais - Atos de Pessoal (SIM-AP), e a autarquia previdenciária estadual repassará dados cadastrais, financeiros e funcionais dos inativos registrados em seus sistemas internos. Uma das atribuições do TCE é o exame, para fins de registro, da legalidade dos atos de inativação de servidores estaduais, como aposentadorias, pensões, e reservas.

✓ **Termo de Cooperação - Observatórios mais Atentos**

---

O TCE e o Observatório Social do Brasil (OSB) assinaram um Termo de Cooperação para melhorar o exercício do controle social no Paraná. Com duração prevista de cinco anos tem como

objetivos a implantação de um programa para capacitar os observadores sociais; a criação de um canal de comunicação direta para que eles recebam e repassem informações, façam consultas técnicas e enviem eventuais denúncias; a padronização da nomenclatura de materiais e serviços utilizados nas compras públicas e o incentivo à padronização da forma de divulgação das prestações de contas das prefeituras em suas páginas na internet.

#### ✓ Reconhecimento da Imprensa Paranaense

---

A imprensa paranaense reconheceu o trabalho do TCE como órgão de controle externo e indutor do controle social. Os exemplos desse reconhecimento vêm de todas as regiões do Estado. Desde a Gazeta do Povo, o maior jornal paranaense (que elogiou a atitude da Corregedoria Geral, de suspender a licitação para compra de 1.255 viaturas pelo governo estadual, devido a indícios de irregularidades), até veículos de circulação regional, como o Correio do Cidadão, sediado em Campo Mourão (com notícia sobre o convênio que resultará na capacitação dos observatórios sociais). A pronta atuação do Grupo de Trabalho que fiscaliza o uso de recursos públicos em obras e projetos da Copa de 2014, e que obteve respaldo em decisões plenárias, foi apontada como eficaz e importante para a sociedade paranaense. Em reportagem de página inteira, a Gazeta do Povo, por exemplo, noticiou que a exigência do TCE por maior transparência trouxe como resultado o aumento do rigor nas condições para o repasse de recursos estaduais para obras na Arena da Baixada, estádio que sediará jogos do mundial. Os resultados do Plano Anual de Fiscalização Social (PAF Social) – projeto de auditoria social desenvolvido em parceria com as sete universidades estaduais – mereceram destaques em jornais de todas as regiões, que divulgaram a realidade encontrada nas auditorias e projetos de elaboração de indicadores.

### **3. O Tribunal de Contas do Estado do Paraná**

O Tribunal de Contas do Estado - TCE-PR, criado em 02 de junho de 1947, é o órgão constitucional de controle externo do Estado, de seus municípios e das respectivas entidades públicas, com jurisdição em todo o território do Estado do Paraná.

Durante o terceiro trimestre de 2012, esteve composto por sete Conselheiros, cinco auditores, dez membros do Ministério Público de Contas e um quadro de cerca de 500 servidores efetivos.

Com foco no controle da utilização da coisa pública, atua pautado pelos princípios da ética e da justiça, buscando não apenas a vigilância na atuação dos jurisdicionados, mas a orientação na aplicação eficiente, eficaz e econômica de todos os recursos públicos.

### **3.1. Jurisdição**

Desde a promulgação da Constituição do Estado do Paraná, em 1989, a regulamentação do Tribunal de Contas encontra assento nos artigos 74 a 78 da referida Carta Magna, e tem sua organização, competência, jurisdição e forma de atuações reguladas pela Lei Complementar nº 113, de 15 de dezembro de 2005.

De acordo com a diretriz constitucional, a competência do Tribunal abrange a fiscalização da aplicação de quaisquer recursos públicos, tanto diretamente pelos entes políticos (Estado do Paraná e seus 399 Municípios) e pelos respectivos órgãos e empresas, quanto daqueles repassados a entidades privadas através das diversas modalidades de transferências previstas em lei.

Desta feita, são jurisdicionadas do Tribunal de Contas todas as entidades públicas, pessoas jurídicas e físicas que utilizem, arrecadem, guardem, gerenciem ou administrem dinheiro, bens e valores públicos ou pelos quais o Poder Público responda, ou que, em nome deste, assumam obrigações de natureza pecuniária.

Através de sua atuação, o TCE-PR, tanto objetiva orientar seus jurisdicionados acerca da legalidade, legitimidade e economicidade, na busca do melhor desempenho e transparência na utilização de dinheiro, bens e valores públicos, quanto busca coibir e punir aquelas atuações que desrespeitem essas diretrizes.

A atividade por excelência do Tribunal é o exercício do controle técnico da legalidade dos atos da Administração Pública, em especial do ponto de vista contábil e financeiro, com vistas a identificar a regularidade e a probidade no emprego de dinheiro, bens, valores e dinheiros públicos.

Sendo assim, o TCE-PR assume um papel fundamental, pois está presente para atender o anseio da sociedade de que as receitas públicas (como as receitas tributárias, multas, transferências, operações de crédito e outras receitas) sejam bem aplicadas e retornem em forma de políticas e serviços públicos de qualidade, contribuindo para o melhor desempenho e transparência da Administração Pública.

### **3.2. Competências**

As competências do Tribunal de Contas estão elencadas na Constituição Estadual (artigos 74 a 78) e LC 113/2005.

### **3.3. Atos Normativos**

Os atos normativos elaborados pelo Tribunal consistem em: Resoluções, Instruções Normativas, Instruções de Serviço e Portarias.

### 3.3.1. Resoluções

No terceiro trimestre, foi elaborada a seguinte Resolução:

|                             |  |
|-----------------------------|--|
| <b>Resolução Nº 33/2012</b> | <b>Dispõe sobre o exercício do controle das despesas com subsídios de Agentes Políticos dos poderes Executivo e Legislativo municipais para aferição de sua conformidade aos ditames constitucionais e legais, e dá outras providências.</b> |
|-----------------------------|--|

Tabela 3 - Fonte: Intranet – TCE-PR

### 3.3.2. As Instruções Normativas

No terceiro trimestre, foram elaboradas as Instruções Normativas que seguem abaixo:

|                                       |  |
|---------------------------------------|--|
| <b>Instrução Normativa Nº 71/2012</b> | <b>Dispõe sobre envio e acesso a informações e documentos necessários à apreciação e registro, pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná, dos atos de admissão de pessoal.</b>   |
| <b>Instrução Normativa Nº 72/2012</b> | Dispõe sobre os critérios aplicados no exercício do controle das despesas com subsídios de Agentes Políticos dos poderes Executivo e Legislativo municipais, para aferição de sua conformidade aos atos legais que a instituírem e estes aos ditames constitucionais e legais relacionados ao assunto, e dá outras providências. |

Tabela 4 - Fonte: Intranet – TCE-PR

## 4. Atividades de Controle Externo e Social

O controle externo é a atividade por excelência dos Tribunais de Contas, exercendo um controle político de legalidade contábil e financeira destinado a comprovar os atos de probidade da Administração, a regularidade dos gastos públicos e do emprego de bens, valores e dinheiros públicos e a fiel execução do orçamento.

Além do controle externo, os Tribunais de Contas vêm participando ativamente da disseminação do controle social, o qual se traduz na participação efetiva na sociedade na gestão pública, onde os cidadãos podem auxiliar na tomada de decisão administrativa, orientando a Administração na adoção de medidas que realmente atendam ao interesse público.

A seguir, estão elencadas as principais atividades realizadas pelo Tribunal de Contas no âmbito do Controle Externo e Social.

#### 4.1. Processos Distribuídos

Abaixo se encontra uma tabela que retrata a quantidade de processos distribuídos aos relatores, conforme o assunto, referentes ao terceiro trimestre de 2012.

| <b>ASSUNTOS</b>                           | <b>3° Trimestre</b> |
|---|---------------------|
| ADITIVO DE CONTRATO                       | 11                  |
| ADITIVO DE CONVÊNIO E CONGÊNERES          | 2                   |
| ADMISSÃO DE MEMBRO DO TRIBUNAL            | 4                   |
| ADMISSÃO DE PESSOAL                       | 974                 |
| ALERTA                                    | 20                  |
| APOSENTADORIA                             | 936                 |
| ATOS DE CONTRATAÇÃO                       | 23                  |
| BAIXA DE PENDÊNCIA                        | 10                  |
| CERTIDÃO LIBERATÓRIA                      | 41                  |
| COMPROVAÇÃO DE ADIANTAMENTO               | 1                   |
| COMPROVAÇÃO DE AUXÍLIO                    | 1                   |
| COMUNICAÇÃO DE IRREGULARIDADES            | 1                   |
| CONSULTA                                  | 16                  |
| CONVÊNIO E CONGÊNERES                     | 3                   |
| CORREIÇÃO ORDINÁRIA                       | 1                   |
| DENÚNCIA                                  | 20                  |
| EMBARGOS DE DECLARAÇÃO                    | 10                  |
| EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA FINANCEIRA          | 4                   |
| HOMOLOGAÇÃO DE ICMS                       | 1                   |
| IMPUGNAÇÃO DE DESPESAS                    | 1                   |
| INSPEÇÃO EXTERNA                          | 1                   |
| PEDIDO DE ACESSO À INFORMAÇÃO             | 218                 |
| PEDIDO DE RESCISÃO                        | 9                   |
| PENSÃO                                    | 225                 |
| PREJULGADO                                | 2                   |
| PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL                 | 18                  |
| PRESTAÇÃO DE CONTAS DE TRANSFERÊNCIA      | 457                 |
| PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO MUNICIPAL | 1                   |
| PRESTAÇÃO DE CONTAS ESTADUAL              | 2                   |
| PRESTAÇÃO DE CONTAS MUNICIPAL             | 13                  |
| PROCESSO DE MEMBRO DO TRIBUNAL            | 8                   |
| PROCESSO DE SERVIDORES                    | 17                  |
| PROJETO DE INSTRUÇÃO NORMATIVA            | 2                   |
| RECURSO ADMINISTRATIVO                    | 1                   |
| RECURSO DE AGRAVO                         | 2                   |

|                                 |             |
|---------------------------------|-------------|
| RECURSO DE REVISÃO              | 5           |
| RECURSO DE REVISTA              | 79          |
| RELATÓRIO DE AUDITORIA          | 14          |
| RELATÓRIO DE INSPEÇÃO           | 16          |
| REPRESENTAÇÃO                   | 42          |
| REPRESENTAÇÃO DA LEI Nº 8666/93 | 50          |
| REQUERIMENTO EXTERNO            | 1           |
| REQUERIMENTO INTERNO            | 1           |
| REVISÃO DE PENSÃO               | 33          |
| REVISÃO DE PROVENTOS            | 592         |
| TOMADA DE CONTAS                | 2           |
| TOMADA DE CONTAS EXTRAORDINÁRIA | 16          |
| TOMADA DE CONTAS ORDINÁRIA      | 2           |
| <b>TOTAL</b>                    | <b>3909</b> |

Tabela 5 - Processos distribuídos aos relatores. Fonte: Dados obtidos junto ao sistema de trâmite – TCE-PR

Como pode ser observada, a quantidade total de processos distribuídos durante o terceiro trimestre de 2012 foi de 3.909. Conforme demonstrado através da representação gráfica abaixo, os principais assuntos dos processos distribuídos são os seguintes: Admissão de Pessoal (974), Aposentadoria (936), Revisão de Proventos (592), Prestação de Contas de Transferência (457), Pensão (225), Pedido de Acesso à Informação (218).

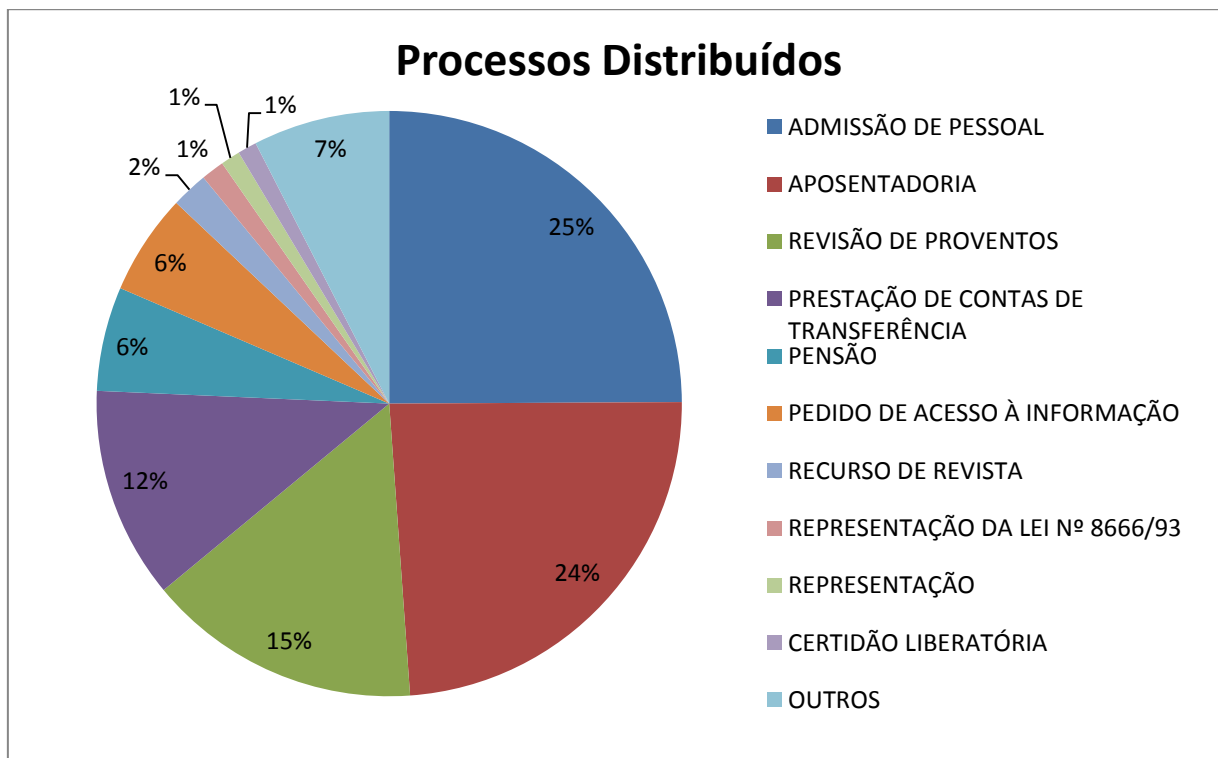


Gráfico 2 - Distribuição dos processos no 3º trimestre de 2012. Fonte: Dados obtidos junto ao sistema de trâmite do TCE-PR.

A partir do gráfico anterior, verifica-se que mais de 76% de todos os processos distribuídos no TCE-PR, no terceiro trimestre de 2012, estão concentrados em quatro principais assuntos: Admissão de Pessoal (25%), Aposentadoria (24%), Revisão de Proventos (15%) e Prestação de Contas de Transferência (12%).

#### 4.2. Processos Apreciados e Decisões Proferidas

Os processos apreciados, que representaram a produção processual do Tribunal (Processos com Decisões Definitivas Monocráticas, Acórdãos ou Acórdão de Parecer Prévio) estão representados abaixo pelos seus assuntos:

| ASSUNTOS                                    | 3° Trimestre |
|---|--------------|
| ADITIVO DECONTRATO                          | 12           |
| ADITIVO DE CONVÊNIO E CONGÊNERES            | 2            |
| ADMISSÃO DE PESSOAL                         | 95           |
| ALERTA                                      | 30           |
| APOSENTADORIA                               | 1631         |
| APOSENTADORIA DE TOGADO                     | 1            |
| ATOS DE CONTRATAÇÃO                         | 19           |
| BAIXA DE PENDÊNCIA                          | 89           |
| CERTIDÃO LIBERATÓRIA                        | 39           |
| CONSULTA                                    | 6            |
| CONVÊNIO E CONGÊNERES                       | 5            |
| CORREIÇÃO ORDINÁRIA                         | 3            |
| DENÚNCIA                                    | 10           |
| EMBARGOS DE DECLARAÇÃO                      | 2            |
| EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA FINANCEIRA            | 4            |
| IMPUGNAÇÃO                                  | 4            |
| PEDIDO DE RESCISÃO                          | 18           |
| PENSÃO                                      | 589          |
| PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL                   | 393          |
| PRESTAÇÃO DE CONTAS DE TRANSFERÊNCIA        | 588          |
| PRESTAÇÃO DE CONTAS DO GOVERNADOR DO ESTADO | 1            |
| PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO MUNICIPAL   | 80           |
| PRESTAÇÃO DE CONTAS ESTADUAL                | 6            |
| PRESTAÇÃO DE CONTAS MUNICIPAL               | 75           |
| PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR         | 1            |
| PROCESSO DE MEMBRO DO TRIBUNAL              | 9            |
| PROCESSO DE SERVIDORES                      | 20           |
| PROJETO DE INSTRUÇÃO NORMATIVA              | 2            |
| PROJETO DE RESOLUÇÃO                        | 1            |

|                                 |             |
|---------------------------------|-------------|
| RECURSO DE REVISÃO              | 6           |
| RECURSO DE REVISTA              | 35          |
| REFORMA                         | 1           |
| RELATÓRIO                       | 1           |
| RELATÓRIO DE AUDITORIA          | 11          |
| RELATÓRIO DE INSPEÇÃO           | 6           |
| REPRESENTAÇÃO                   | 15          |
| REPRESENTAÇÃO DA LEI Nº 8666/93 | 3           |
| REPRESENTAÇÃO DO OUVIDOR        | 1           |
| REVISÃO DE PROVENTOS            | 10          |
| TOMADA DE CONTAS                | 1           |
| TOMADA DE CONTAS EXTRAORDINÁRIA | 14          |
| TOMADA DE CONTAS ORDINÁRIA      | 5           |
| UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA | 1           |
| <b>Total Geral</b>              | <b>3845</b> |

Tabela 3 - Processos apreciados e decisões proferidas. Fonte: Dados obtidos junto ao sistema de trâmite – TCE-PR

Conforme tabela acima, a quantidade total de processos apreciados e decisões proferidas durante o terceiro trimestre de 2012 foi de 3.845, sendo que houve concentração dos seguintes temas: Aposentadoria (1.631), Pensão (589) Prestação de Contas de Transferências (588), Prestação de Contas Anual (393). O gráfico abaixo apresenta em percentual os assuntos mais representativos:

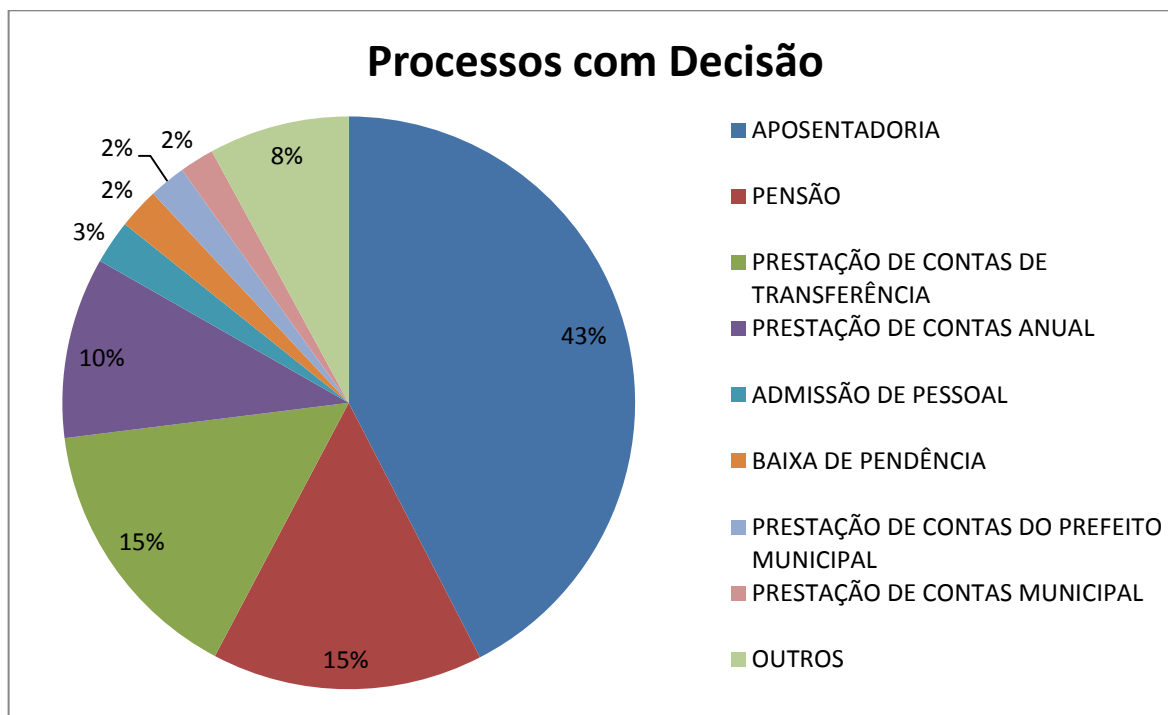
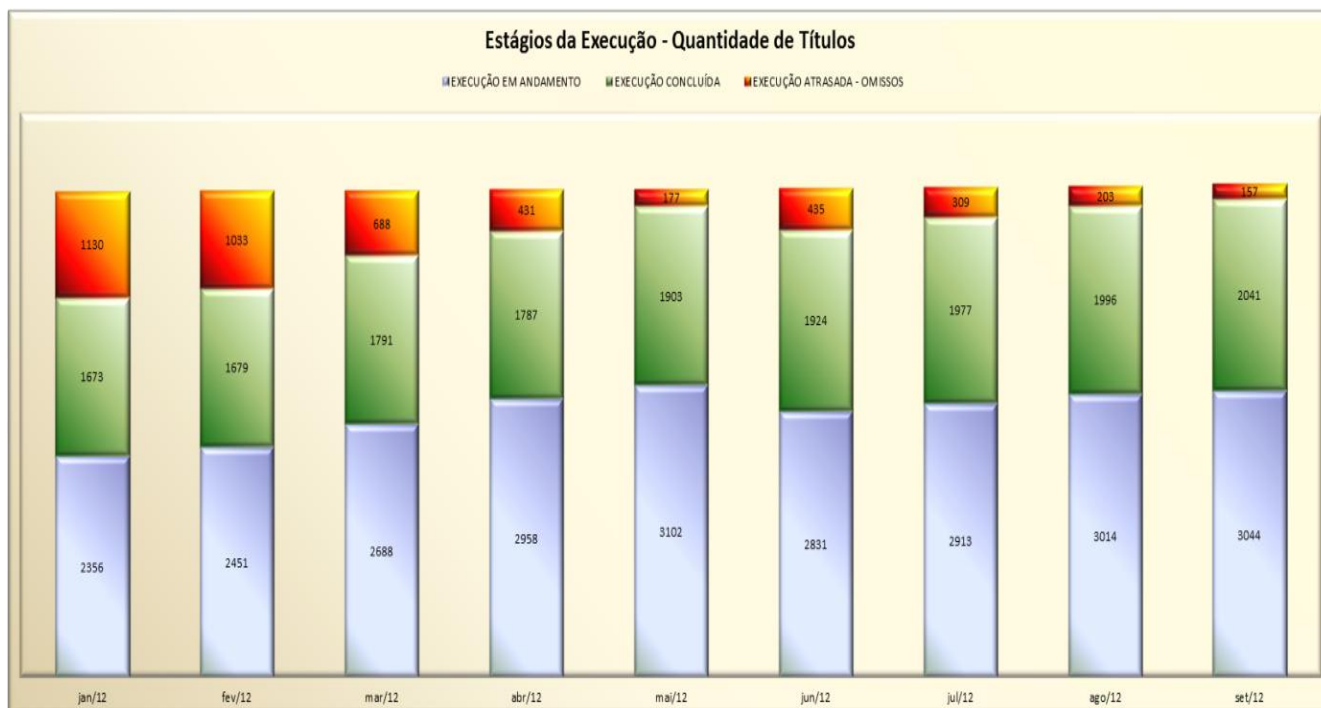


Gráfico 3 - Distribuição dos assuntos mais representativos apreciados. Fonte: Dados obtidos junto ao sistema de trâmite do TCE-PR.

Constata-se que 73% de todos os processos apreciados no TCE-PR, no terceiro trimestre de 2012, estão concentrados em três assuntos: Aposentadoria (43%), Pensão (15%) e Prestação de Contas de Transferência (15%).



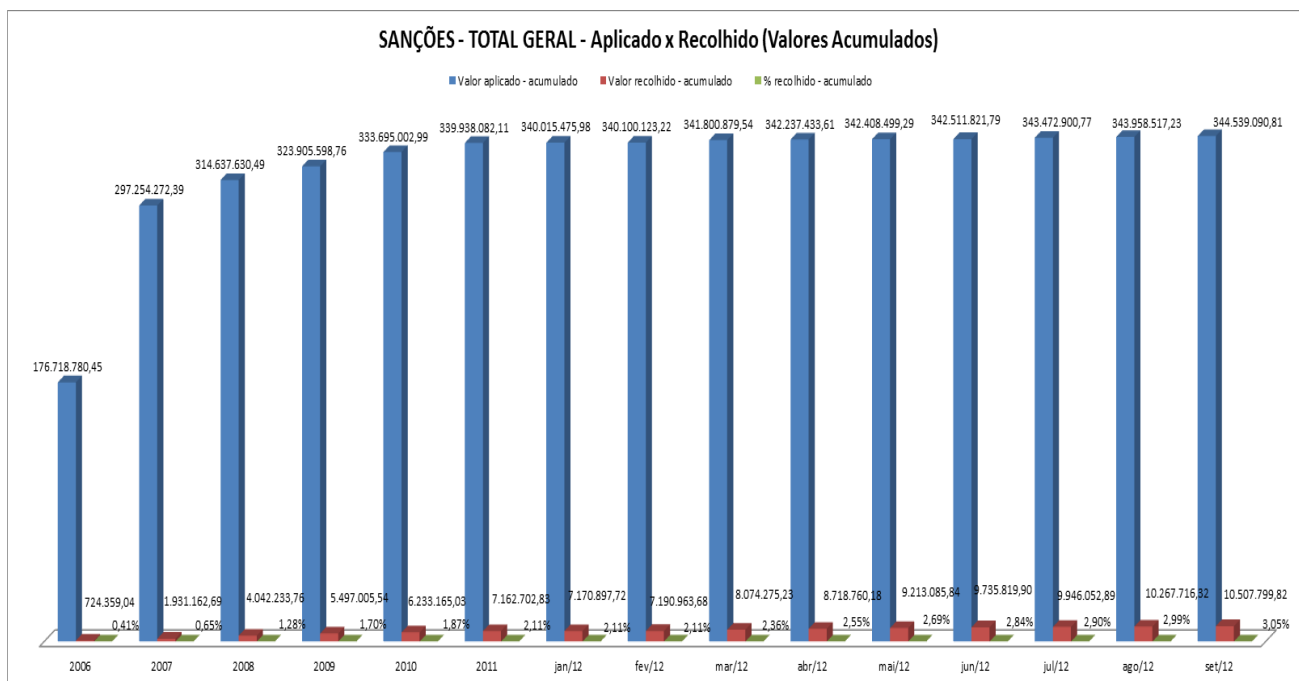
### 4.3. Sanções e Execuções

#### 4.3.1. Acompanhamento das Execuções

O acompanhamento dos processos de execução pela Diretoria de Execuções do TCE-PR pode ser demonstrado através do gráfico seguinte:

Gráfico 4 – Estágios das execuções realizadas pelo TCE-PR. Fonte: Diretoria de Execuções - TCE-PR.

Constata-se que no mês de setembro de 2012, existiam 5.242 processos de execução, sendo que 3.044 estavam em andamento, 2.041 já estavam concluídos e apenas 157 (3% do total) estavam com a execução atrasada ou omissa.



**Gráfico 5 – Valores acumulados das sanções impostas pelo TCE-PR. Fonte: Diretoria de Execuções - TCE-PR.**

O percentual baixo de efetivo recolhimento dos valores imputados pelo Tribunal não pode ser confundido com falta de controle nas execuções. Uma vez que o Tribunal não dispõe de competência legal para bloquear o patrimônio dos executados, fazendo cumprir seus julgamentos, o que muitas vezes depende de demorados processos judiciais. Nesta senda, cumpre destacar que existe um controle dos processos judiciais, sendo que hoje se dispõe de informações atualizadas de mais de 90% dessas demandas, possibilitando-se verificar se os órgãos credores estão efetivamente adotando as medidas cabíveis para reaver os valores que o TCE-PR declarou que teriam direito. Além disso, a análise do gráfico simplesmente por valores gera uma distorção da questão, tendo em vista que algumas poucas decisões correspondem a mais da metade dos valores, cuja devolução foi imputada por esta Corte de Contas.

### 4.3.3. Determinações

Durante o terceiro trimestre de 2012, foram emanadas 44 determinações distribuídas nos períodos abaixo, perfazendo uma média mensal de 14 determinações.

| Determinações                           | 3º TRIMESTRE - 2012 |           |        |                |
|---|---------------------|-----------|--------|----------------|
|   | Julho/12            | Agosto/12 | Set/12 | TOTAL 3º TRIM. |
| Alimentação sistema SIM-AP              | 1                   | 1         |        | 2              |
| Abertura de tomada de contas especiais  |                     |           |        | 0              |
| Adequação da legislação Municipal       |                     |           |        | 0              |
| Atualização cadastral junto ao Tribunal |                     |           |        | 0              |
| Apresentação de documentos faltantes    |                     |           | 1      | 1              |
|   |                     |           |        | 2              |

|  |           |           |           |           |
|--|-----------|-----------|-----------|-----------|
| Apresentação de esclarecimentos e justificativas                   | 1         | 7         | 8         | 16        |
| Comprovação de quitação de débitos                                 |           |           |           | 0         |
| CONTAS DO GOVERNADOR - Adiantamentos                               |           |           |           | 0         |
| CONTAS DO GOVERNADOR - Precatórios                                 |           |           |           | 0         |
| CONTROLE INTERNO - Comprovação de legalidade da nomeação           |           |           |           | 0         |
| Correta destinação de bem público                                  | 1         |           |           |           |
| Cumprimento de legislação expressa no Acordão                      | 2         | 5         | 3         | 10        |
| Desobediência à Lei 12.398/98 (PARANAPREVIDÊNCIA)                  |           |           |           | 0         |
| Devolução de Processos   | 3         |           |           | 3         |
| Elaboração Plano de Ação   | 0         | 0         | 1         | 1         |
| Ingresso com Ação de Regresso                                      | 1         | 1         |           | 2         |
| LEI 8666/93 - Adequação do Edital à norma legal                    |           |           |           | 0         |
| Realização de Concurso Público                                     |           |           |           | 0         |
| Regularização de admissões   |           |           |           | 0         |
| Regularização de aposentadorias                                    |           |           |           | 0         |
| Regularização de débitos previdenciários                           | 0         | 0         | 1         | 1         |
| Regularização de pensões   | 0         | 1         | 0         | 1         |
| Representação do MP - Exoneração Comissionado                      |           |           |           | 0         |
| Representação do MP - Extinção de Cargo mediante Lei               |           |           |           | 0         |
| Representação do MP - Readequação da Estrutura do Quadro de Cargos | 2         |           |           | 2         |
| Revogação de ato de admissão de pessoal                            | 0         | 2         | 1         | 3         |
| Revogação de ato de aposentadoria                                  |           |           |           | 0         |
| Revogação de ato de concessão de pensão                            |           |           |           | 0         |
| Revogação de ato de revisão de proventos                           |           |           |           | 0         |
| Revogação de edital licitatório                                    |           |           |           | 0         |
| Revogação de outros atos   |           |           |           | 0         |
| <b>TOTAL</b>   | <b>12</b> | <b>18</b> | <b>14</b> | <b>44</b> |

**Tabela 7 - Informações referentes às determinações proferidas pelo TCE-PR. Fonte: Diretoria de Execuções – TCE-PR.**

Os valores dos débitos imputados ou de multas cominadas pelo Tribunal deverão ter os seguintes destinos, conforme o tipo de ocorrência:

| Destino   | Tipo de ocorrência  |
|---|---|
| <b>Tesouro Estadual</b>   | Quando se tratar de recursos oriundos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, e do Ministério Público Estadual |
| <b>Tesouro Municipal</b>  | Quando se tratar de recursos oriundos dos seus Poderes Executivo e Legislativo  |
| <b>Conta corrente em estabelecimento bancário</b>                                   | Quando se tratar de recursos repassados por empresas públicas e sociedades de economia mista                            |
| <b>Fundo especial de Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado do Paraná</b> | Quando se tratar de aplicação de multa  |

**Tabela 8 - Destinos dos débitos imputados ou multas aplicadas pelo TCE-PR. Fonte: Diretoria de Execuções – TCE-PR.**

É importante lembrar que a decisão do Tribunal, de que resulte imputação de débito ou cominação de multa, torna a dívida líquida e certa e tem eficácia de título executivo.

Na tabela seguinte, há uma comparação entre os valores aplicados e os valores recolhidos no terceiro trimestre de 2012. Consta ainda a distinção entre as determinações de multa e restituição de valores no âmbito Estadual e Municipal.

| Sanções por Erário                | 3º TRIMESTRE - 2012 |            |                     |                   |
|-----------------------------------|---------------------|------------|---------------------|-------------------|
|                                   | Erário              | Quantidade | Valor Aplicado      | Valor Recolhido   |
| <b>Multa Administrativa</b>       | Estadual            | 134        | 90.021,14           | 84.157,39         |
| <b>Multa por Infração fiscal</b>  | Estadual            | 0          | -                   | -                 |
| <b>Multa Proporcional ao Dano</b> | Estadual            | 0          | -                   | -                 |
| <b>Restituição de Valores</b>     | Estadual            | 13         | 1.226.754,80        | 125.757,31        |
| <b>Restituição de Valores</b>     | Municipal           | 33         | 710.493,08          | 562.065,22        |
| <b>TOTAL</b>                      |                     | <b>180</b> | <b>2.027.269,02</b> | <b>771.979,92</b> |

**Tabela 9 - Comparação entre os valores aplicados e os valores distribuídos, referentes a multas e restituições. Fonte: Diretoria de Execuções – TCE-PR.**

## 4.4. Fiscalizações

No exercício de suas atribuições, o Tribunal, realizou, por iniciativa própria, fiscalizações nos órgãos e entidades sob sua jurisdição, com vistas a verificar a legalidade, a economicidade, a legitimidade, a eficiência, a eficácia, a proteção ambiental, a responsabilidade social e a efetividade de atos, contratos e fatos administrativos.

### 4.4.1. Os procedimentos de Fiscalização

Os procedimentos de fiscalização estão compreendidos em auditoria, inspeção, levantamento e acompanhamento.

A 5ª Inspeção de Controle Interno do TCE finalizou o procedimento de inspeção no Fundo Rotativo da Polícia Civil, referente ao exercício financeiro de 2011, resultando em apontamentos que foram considerados dentro do Relatório do da 5ª ICE (referente ao segundo semestre de 2011), enviado à Diretoria de Contas Estaduais do TCE-PR, e que estão disponíveis no Sistema Estadual de Informações (SEI). Dentre as principais inconformidades encontradas estão: fracionamento de despesa com combustível e alimentação e a ausência de comprovação de regularidade fiscal. Foi recomendado que os responsáveis e suas respectivas unidades adotassem e implantassem as medidas preventivas e repressivas que se mostrassem cabíveis, não só para evitar a incidência das

possíveis sanções previstas no ordenamento jurídico, mas também para interromper ciclos desvirtuados dos quais as mesmas resultem.

#### 4.4.2. O Plano Anual de Fiscalização

O Plano Anual de Fiscalização trata-se de um instrumento gerencial que contém as informações dos procedimentos de fiscalização que serão adotados durante o exercício pelas unidades técnicas do TCE-PR e Inspetorias de Controle Externo.

O Tribunal de Contas do Estado do Paraná preparou, para 2012, pelo menos 248 novos procedimentos de fiscalização. Para este ano, as seis Inspetorias de Controle Externo (ICE's) do Tribunal programaram 133 trabalhos junto a órgãos e entidades estaduais, como Secretarias, Universidades, Empresas Públicas ou Sociedades de Economia Mista. As 115 propostas restantes referem-se às fiscalizações municipais realizadas por outras sete unidades do Tribunal.

Abaixo, segue tabela ilustrativa do cumprimento do Plano Anual de Fiscalização, desenvolvida pelas unidades técnicas da área fim do TCE-PR no período:

| Unidade  | Indicador  |   | jan | fev | mar | abr | mai | jun | jul | ago | set | out | nov | dez |
|--|--|---|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|
| <b>CEA -<br/>Coordenadoria<br/>de Engenharia<br/>e Arquitetura</b> | %  | Nº de<br>Relatórios<br>Previstos          | 0   | 0   | 0   | 4   | 0   | 0   | 0   | 0   | 0   | 1   | 0   | 0   |
|  | Cumprimento<br>do Plano<br>Anual de<br>Fiscalização<br>(PAF) na CEA      | <b>Nº de<br/>Relatórios<br/>Realizado</b> | 0   | 0   | 0   | 4   | 0   | 0   | 0   | 0   | 0   |     |     |     |
| <b>DCM - Diretoria<br/>de Contas<br/>Municipais</b>                | %  | Nº de<br>Relatórios<br>Previstos          | 0   | 0   | 0   | 0   | 3   | 6   | 0   | 3   | 8   | 8   | 8   | 4   |
|  | Cumprimento<br>do Plano<br>Anual de<br>Fiscalização<br>(PAF) na DCM      | <b>Nº de<br/>Relatórios<br/>Realizado</b> | 0   | 0   | 0   | 1   | 7   | 2   | 0   | 0   | 3   |     |     |     |
| <b>DCE - Diretoria<br/>de Contas<br/>Estaduais</b>                 | %  | Nº de<br>Relatórios<br>Previstos          | 0   | 0   | 0   | 0   | 0   | 0   | 0   | 0   | 1   | 0   | 0   | 0   |
|  | Cumprimento<br>do Plano<br>Anual de<br>Fiscalização<br>(PAF) na DCE      | <b>Nº de<br/>Relatórios<br/>Realizado</b> | 0   | 0   | 0   | 0   | 0   | 0   | 0   | 0   | 1   |     |     |     |
| <b>DAT - Diretoria<br/>de Análise de<br/>Transferências</b>        | %  | Nº de<br>Relatórios<br>Previstos          | 0   | 1   | 1   | 1   | 1   | 1   | 1   | 2   | 2   | 4   | 3   | 3   |
|  | Cumprimento<br>do Plano<br>Anual de<br>Fiscalização<br>(PAF) na DAT      | <b>Nº de<br/>Relatórios<br/>Realizado</b> | 0   | 1   | 2   | 1   | 1   | 1   | 2   | 1   | 1   |     |     |     |
| <b>DIJUR -<br/>Diretoria<br/>Jurídica</b>                          | %  | Nº de<br>Relatórios<br>Previstos          | 0   | 0   | 0   | 1   | 1   | 2   | 0   | 4   | 2   | 1   | 1   | 5   |
|  | Cumprimento<br>do Plano<br>Anual de<br>Fiscalização<br>(PAF) na<br>DIJUR | <b>Nº de<br/>Relatórios<br/>Realizado</b> | 0   | 0   | 0   | 1   | 1   | 2   | 0   | 4   | 0   |     |     |     |
| <b>CAD -<br/>Coordenadoria<br/>de Auditorias</b>                   | %  | Nº de<br>Relatórios<br>Previstos          | 0   | 0   | 0   | 0   | 0   | 4   | 0   | 0   | 0   | 0   | 0   | 1   |
|  | Cumprimento<br>do Plano<br>Anual de<br>Fiscalização<br>(PAF) na CAD      | <b>Nº de<br/>Relatórios<br/>Realizado</b> | 0   | 0   | 0   | 0   | 0   | 3   | 1   | 0   | 0   |     |     |     |
| <b>DEX - Diretoria<br/>de Execuções</b>                            | %  | Nº de<br>Relatórios<br>Previstos          | 0   | 0   | 0   | 1   | 0   | 0   | 0   | 0   | 0   | 1   | 0   | 0   |
|  | Cumprimento<br>do Plano  | <b>Nº de<br/>Relatórios<br/>Realizado</b> | 0   | 0   | 0   | 1   | 0   | 0   | 0   | 0   | 0   | 1   | 0   | 0   |

| Anual de Fiscalização (PAF) na DEX | Nº de Relatórios Realizado | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0  | 0 | 0 | 0  | 0  | 0  |    |
|------------------------------------|----------------------------|---|---|---|---|---|----|---|---|----|----|----|----|
| <b>Total Previsto</b>              |                            | 0 | 1 | 1 | 7 | 5 | 13 | 1 | 9 | 13 | 15 | 12 | 13 |
| <b>Total Realizado</b>             |                            | 0 | 1 | 2 | 8 | 9 | 8  | 3 | 5 | 5  | 0  | 0  | 0  |

Tabela 10 - Cumprimento do PAF até o 3º trimestre de 2012. Fonte: INDG – TCE-PR.

#### 4.4.3. Participação em Auditoria de responsabilidade da Coordenadoria de Auditorias (CAD) no 3º trimestre de 2012:

##### I- Auditorias Operacionais:

| IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO  | PROCESSO  | FASE  |
|--|-----------|---|
| Gestão do Aterro Sanitário de Curitiba (Caximba), encerrado em 2010. | 538143/11 | Relatório Preliminar encaminhado em set/2012 para comentários dos gestores auditados. |
| Atuação do 3º Setor na Área da Saúde.                                | n/h       | Planejamento  |

Tabela 11 - Auditorias Operacionais realizadas no 3º trimestre de 2012.

A seguir, as principais auditorias operacionais e seus

respectivos estágios de andamento:

- ✓ Gestão do Aterro Sanitário de Curitiba (Caximba), encerrado em 2010.

Originária de demanda da Presidência deste Tribunal, a investigação sobre o tema da identificação e do tratamento de danos socioambientais decorrentes do Aterro Sanitário de Curitiba (encerrado em outubro de 2010) integra a proposta de realização de Auditoria Operacional na área de Meio Ambiente, da Coordenadoria de Auditorias (CAD), constante do Plano Anual de Fiscalização do exercício de 2011, aprovado pelo Acórdão nº 483/11 do Tribunal Pleno. Instaurada através do processo TC 538.143/11, encontrando-se na seguinte fase: Relatório Preliminar encaminhado em setembro de 2012 para comentários dos gestores auditados.

- ✓ Atuação do 3º Setor na Área da Saúde.

Proposta integrante do PAF 2012, que foi aprovado pelo Acórdão 421/12, a realização de auditoria na área da Saúde Pública acontece no segundo semestre de 2012, e conta, desde a fase inicial de planejamento dos trabalhos, com a Equipe Saúde da CAD, composta de 02 médicos e 02 odontólogas que desenvolvem atividades de fiscalização afeitas à sua área de formação. Por meio de enquete realizada no site do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, entre os dias 02/12/2011 e 31/01/2012, 1.040 cidadãos escolheram o tema específico a ser priorizado, que foi escolhido por cerca de 24% do total (246 respondentes), como a atuação do terceiro setor na área. A AOP

(auditoria operacional) está na fase de planejamento, definindo o escopo do trabalho. A previsão de conclusão é dezembro de 2012.

#### **4.4.4. Fiscalizações realizadas na Área de Engenharia e Arquitetura**

##### **✓ COMISSÃO COPA DO MUNDO DE 2014**

---

A comissão foi instituída, através da Portaria 401/12, de 13/06/2012 (substituindo a Portaria 247/11), com a finalidade de compor o grupo de trabalho responsável pela execução das ações visando à implementação do Protocolo de Intenções firmado entre o Tribunal de Contas da União, os Tribunais de Contas dos Estados e diversos órgãos e entidades públicas para articulação de apoio e ações de fiscalização dos recursos públicos aplicados para a realização das obras da Copa do Mundo de Futebol de 2014, firmado em 25/08/2009.

No 3º trimestre de 2012, foram realizadas as seguintes atividades:

- Análise referente à composição do orçamento da obra Viaduto Estaiado, com a respectiva apresentação ao presidente do TCE-PR;

- Emissão do relatório nº 03/2012, que diz respeito à verificação da situação com relação aos valores, prazos e riscos da elaboração de projetos, desapropriações e execução das obras, cuja análise resultou em recomendações no sentido de haver a necessidade de desenvolvimento de plano de ação por parte dos Governos Municipal e Estadual para o enfrentamento dos riscos apontados, bem como a sugestão de dar ciência do conteúdo do relatório aos órgãos envolvidos com o controle e desenvolvimento das ações para a Copa do Mundo FIFA 2014;

- Emissão do relatório nº 04/2012, que trata dos repasses efetuados à CAP S.A., considerando análise do potencial construtivo, através do convênio firmado entre o Estado do Paraná, o Município de Curitiba e o Clube Atlético Paranaense e dos financiamentos efetivados através do Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES) e do Fundo de Desenvolvimento Estadual (FDE), destinados a apoiar os investimentos na reforma e adequação do estádio “Joaquim Américo Guimarães”, com vistas à realização da Copa do Mundo FIFA 2014 em Curitiba.

Entre outras conclusões, houve a necessidade de esclarecimentos a respeito de discrepância dos valores já dispendidos pelo Clube Atlético Paranaense, Estrutura de Fontes de Recursos e de Garantias, apresentada pela Agência de Fomento do Estado do Paraná e no Quadro de Usos e Fontes do BNDES, bem como dos juros e encargos decorrentes do contrato de financiamento firmado entre o FDE e a CAP S.A;

- Assinatura de convênio com a UFPR - Universidade Federal do Paraná – cujo objetivo é a atuação de alunos de nível de graduação e pós-graduação e professores tutores em atividades

auxiliares de controle externo a serem desenvolvidas pelos técnicos da Coordenadoria de Engenharia e Arquitetura do TCE-PR, relativas à fiscalização das obras destinadas à Copa do Mundo de Futebol de 2014, em Curitiba.

#### ✓ COMISSÃO METRO LINHA AZUL

---

A comissão foi instituída, através da Portaria 402/12, de 15/06/2012, com a finalidade de compor o grupo de trabalho responsável pelo acompanhamento do processo de contratação e execução do Projeto Linha Azul, Santa Cândida / CIC Sul, do Sistema de metrô da Capital, pela Prefeitura Municipal.

No 3º trimestre, houve a apresentação da metodologia e cronograma de atividades para aprovação do Presidente do TCE-PR, bem como a análise preliminar dos documentos e orçamentos apresentados à comissão pela Prefeitura Municipal de Curitiba e dos projetos publicados no portal do Metrô, relativos à respectiva audiência pública.

A análise dos documentos teve como objetivo verificar o atendimento às leis nos 11.079/04 (Licitação e Contratação de Parceria Público-Privada no âmbito da Administração Pública), 8.987/95 (Regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos, previsto no art. 175 da Constituição Federal) e 8.666/93 (Licitações e Contratos da Administração Pública).

Considerando o ofício 518/2012-PGM da Procuradora-Geral do Município de Curitiba, de 16 de agosto de 2012, que comunica a este Tribunal a necessidade de readequação da modelagem econômico-financeira do projeto em face da alteração da Lei 11.079/2004, a comissão aguarda a finalização do referido procedimento para proceder à análise do novo Edital e anexo, devidamente readequado.

#### ✓ FISCALIZAÇÃO DE OBRAS PARALISADAS

---

O projeto consiste em verificar, em conjunto com o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná (CREA-PR), a real situação das obras públicas municipais do Estado do Paraná cadastradas como paralisadas no Sistema de Informações Municipais (SIM-AM), deste Tribunal.

Os objetivos gerais são aprimorar a atuação do TCE-PR e do CREA-PR e ampliar a capacidade da sociedade de exercer o controle social.

No 3º trimestre de 2012, foram realizadas as seguintes etapas:

- Execução das fiscalizações: foram fiscalizadas 712 obras, de um total de 750, sendo 617 realizadas pelo CREA-PR e 95 realizadas pelo TCE-PR. A Corte de Contas, devido ao efetivo reduzido (6 fiscais) e à concentração de técnicos na capital em virtude da ausência de regionalização, não pôde adotar exclusivamente a visita “in loco” para obtenção das informações acerca das 103

obras sob seu encargo. Destas, 60 foram fiscalizadas através de visitas dos técnicos aos municípios e 35 tiveram sua situação verificada através de contato com os municípios responsáveis via telefonemas e/ou ofícios. Das oito obras restantes, uma foi fiscalizada em conjunto com o CREA-PR em uma das fiscalizações piloto e, as demais não tiveram fiscalização registrada, pois os municípios responsáveis por sua execução não encaminharam informações ao TCE-PR, conforme solicitado.

- Análise das informações obtidas: a análise individual das fiscalizações efetuadas pelo CREA-PR foi possível, desde o início da realização do trabalho, em virtude da disponibilização na internet dos relatórios de fiscalização em área acessível aos técnicos do TCE-PR. Este tipo de análise, juntamente com a verificação das fiscalizações realizadas pelo Tribunal, foi importante para a conferência da adequação dos procedimentos adotados e permitiu entrever tendências com relação à situação real das obras.

#### ✓ COMISSÃO DO PEDÁGIO

A comissão foi instituída, através da Portaria 775/11, de 02/09/2011, com a finalidade de compor o grupo de trabalho responsável pela realização de auditoria nos contratos com empresas concessionárias de pedágio, conforme plano de trabalho contido no relatório da comissão para o estabelecimento do escopo e planejamento da fiscalização dos contratos. No 3º trimestre, o relatório foi finalizado pela comissão e protocolado, encontrando-se em trâmite no Tribunal.

#### ✓ COMISSÃO DOS RADARES - AUDITORIA EM CURITIBA

A comissão foi instituída, através da Portaria 493/11, de 20/05/2011, com a finalidade de apurar irregularidades envolvendo a utilização dos radares e lombadas eletrônicas objeto de contratos celebrados entre a URBS e a empresa CONSILUX Consultoria e Construções Elétricas Ltda. No 3º trimestre de 2012, o Relatório de Inspeção foi finalizado e protocolado, encontrando-se em trâmite no Tribunal. Resumidamente, concluiu com aplicação de penalidade à CONSILUX, constatação de existência de indícios de fragilidades dos sistemas relacionados às ações de fiscalização eletrônica do trânsito de Curitiba e, por fim, aplicação de algumas recomendações à Urbanização de Curitiba S/A.

### **4.5. Atuação do Ministério Público junto ao TCE-PR**

O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado (MPJTC) tem como princípios institucionais a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.

#### **Atividade Processual**

O MPJTC, durante o terceiro trimestre de 2012, emitiu 5.551 pareceres, conforme descreve a tabela abaixo:

| <b>ASSUNTOS</b>                           | <b>3° Trimestre</b> |
|---|---------------------|
| ADITIVO DE CONTRATO                       | 12                  |
| ADITIVO DE CONVÊNIO E CONGÊNERES          | 2                   |
| ADMISSÃO DE MEMBRO DO TRIBUNAL            | 1                   |
| ADMISSÃO DE PESSOAL                       | 173                 |
| ALERTA                                    | 47                  |
| APOSENTADORIA                             | 2326                |
| APOSENTADORIA DE TOGADO                   | 1                   |
| ATOS DE CONTRATAÇÃO                       | 23                  |
| AUDITORIA                                 | 2                   |
| BAIXA DE PENDÊNCIA                        | 133                 |
| CERTIDÃO LIBERATÓRIA                      | 46                  |
| COMPROVAÇÃO DE AUXÍLIO                    | 1                   |
| COMUNICAÇÃO DE IRREGULARIDADES            | 1                   |
| CONFLITO DE COMPETÊNCIA                   | 1                   |
| CONSULTA                                  | 12                  |
| CONVÊNIO E CONGÊNERES                     | 1                   |
| DENÚNCIA                                  | 14                  |
| EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA FINANCEIRA          | 5                   |
| IMPUGNAÇÃO                                | 1                   |
| PEDIDO DE ACESSO À INFORMAÇÃO             | 3                   |
| PEDIDO DE RESCISÃO                        | 28                  |
| PENSÃO                                    | 831                 |
| PREJULGADO                                | 1                   |
| PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL                 | 368                 |
| PRESTAÇÃO DE CONTAS DE TRANSFERÊNCIA      | 850                 |
| PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO MUNICIPAL | 210                 |
| PRESTAÇÃO DE CONTAS ESTADUAL              | 8                   |
| PRESTAÇÃO DE CONTAS MUNICIPAL             | 220                 |
| PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR       | 1                   |
| PROCESSO DE MEMBRO DO TRIBUNAL            | 7                   |
| PROCESSO DE SERVIDORES                    | 29                  |
| PROJETO DE RESOLUÇÃO                      | 3                   |
| RECURSO DE REVISÃO                        | 3                   |
| RECURSO DE REVISTA                        | 67                  |
| RELATÓRIO DE AUDITORIA                    | 7                   |
| RELATÓRIO DE INSPEÇÃO                     | 13                  |
| REPRESENTAÇÃO                             | 23                  |
| REPRESENTAÇÃO DA LEI Nº 8666/93           | 10                  |
| REQUERIMENTO EXTERNO                      | 9                   |
| REQUERIMENTO INTERNO                      | 3                   |
| REVISÃO DE PENSÃO                         | 1                   |
| REVISÃO DE PROVENTOS                      | 14                  |

|                                 |             |
|---------------------------------|-------------|
| TOMADA DE CONTAS                | 1           |
| TOMADA DE CONTAS EXTRAORDINÁRIA | 37          |
| TOMADA DE CONTAS ORDINÁRIA      | 1           |
| UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA | 1           |
| <b>Total Geral</b>              | <b>5551</b> |

Tabela 12 - Pareceres emitidos pelo MPjTC no 3º trimestre de 2012. Fonte: Sistema de Trâmite – TCE-PR.

De acordo com a tabela, os principais assuntos dos pareceres emitidos pelo Ministério Público junto ao Tribunal de Contas foram: Aposentadoria (2.326), Prestação de Contas de Transferência (850), Pensão (831) e Prestação de Contas Anual (368).

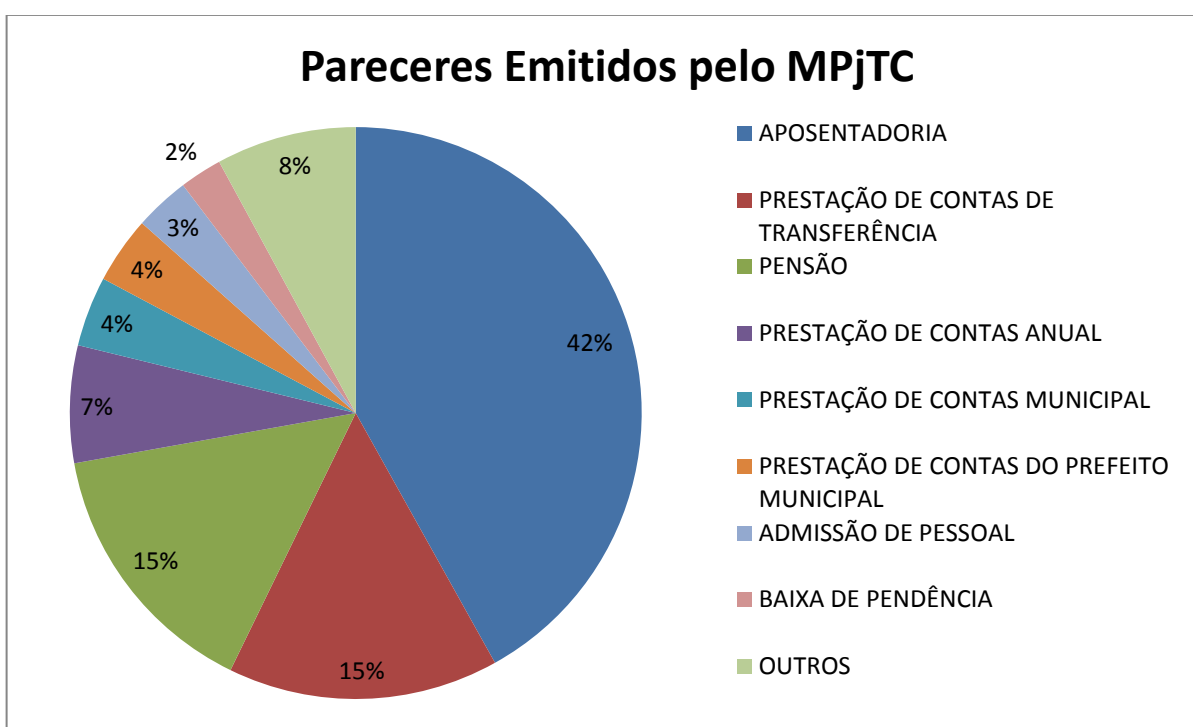


Gráfico 6 - Distribuição dos pareceres por tema. Fonte: Sistema de Trâmite – TCE-PR

Constata-se que 72% de todos os processos apreciados pelo MPjTC, no terceiro trimestre de 2012, estão concentrados em três assuntos: Aposentadoria (42%), Prestação de Contas de Transferência (15%) e Pensão (15%).

## 5. Atividades Institucionais

Este capítulo apresenta as principais iniciativas adotadas pelo TCE-PR no âmbito organizacional, com o objetivo de dotar o controle externo do apoio necessário ao pleno exercício de suas competências constitucionais e legais.

## 5.1. Planejamento e Gestão

Conforme cronograma foi dada continuidade à fase de acompanhamento do projeto, na qual se realizou a execução da sistemática de monitoramento e controle dos resultados. Os principais pontos desta rotina de acompanhamento mensal são:

- Atualização dos Planos de Ação;
- Atualização dos Indicadores;
- Divulgação do resultado através da Gestão à Vista;
- Reuniões entre os níveis hierárquicos para exposição e análise do resultado dos indicadores;
- Tratamento dos Desvios.

A partir do monitoramento mensal dos resultados dos indicadores e da execução dos planos de ação por meio de ferramentas gerenciais, os gestores das unidades foram auxiliados no tratamento dos desvios. O acompanhamento dos resultados é fundamental para garantir que todas as metas sejam atingidas até dezembro de 2012.

### ✓ GESTÃO À VISTA – RESULTADOS ATÉ SETEMBRO DE 2012

Após a apuração do resultado do mês de setembro, identificamos uma redução de 749 processos externos e requerimentos do TCE-PR em relação ao mês de agosto, 3% melhor do que o estoque do mês anterior (Estoque Agosto = 25.692 e Estoque Setembro = 24.943). Esta redução foi resultado do esforço de todos os servidores empenhados no alcance de suas respectivas metas.

O estoque do Déficit, que contempla os processos externos com até um ano e requerimentos com até seis meses no TCE-PR, apresentou ao final de setembro, um resultado positivo em relação à meta definida, superando em 21% o desafio proposto, conforme se pode visualizar no gráfico abaixo:

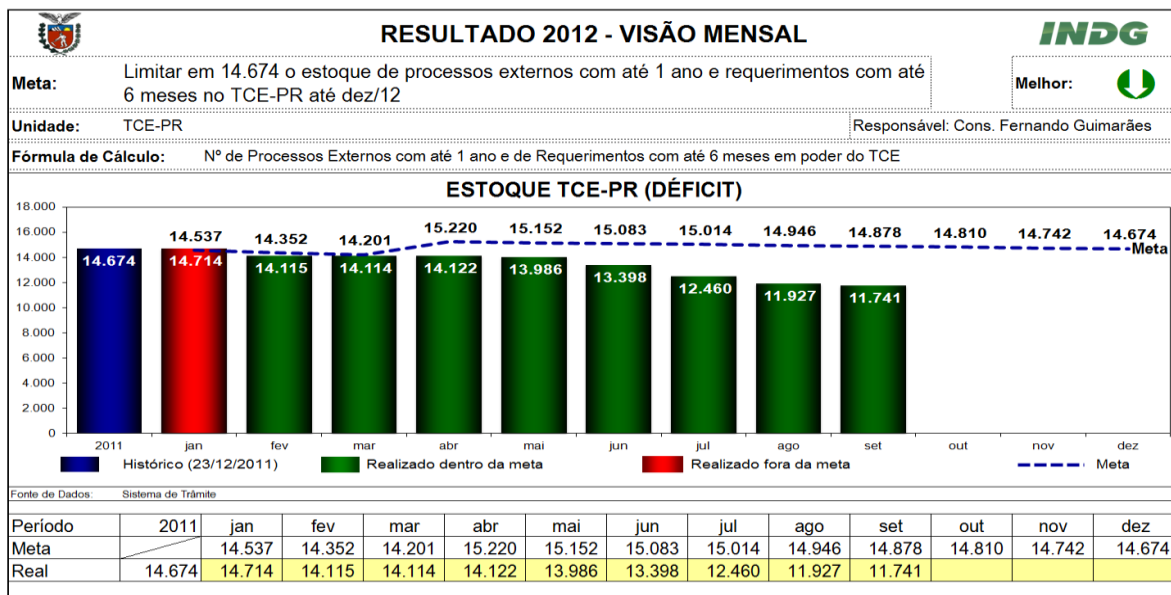


Gráfico 7 - Estoque do déficit. Fonte: Sistema de Trâmite do TCE-PR.

Em contrapartida, o estoque do Passivo, que contempla os processos externos com mais de um ano e requerimentos com mais de seis meses no TCE-PR, apresentou ao final de setembro, um resultado negativo em relação à meta definida (desvio de 11,8%), porém, houve uma melhora em relação a agosto, conforme se pode visualizar no gráfico abaixo:

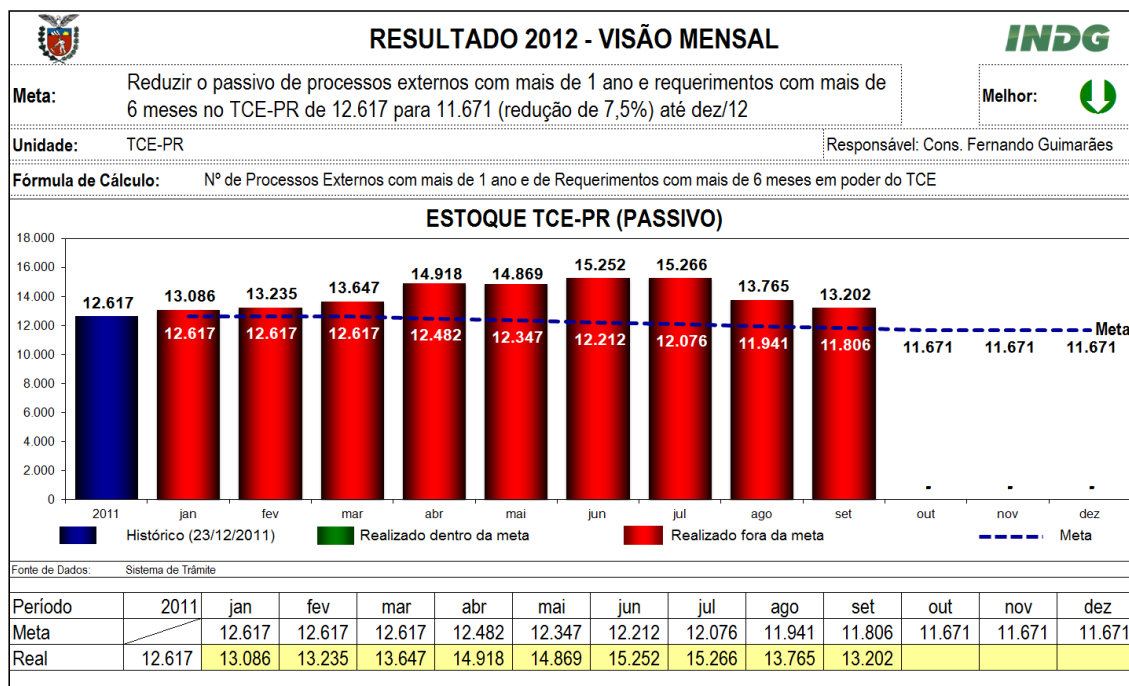


Gráfico 8 - Estoque do passivo. Fonte: Sistema de Trâmite do TCE-PR.

O estoque total do TCE-PR, somando todos os processos e requerimentos do Déficit e Passivo até o mês de setembro, está 8,6% abaixo da quantidade apurada ao final de dezembro de 2011.

## 5.2. Gestão de Pessoas

### 5.2.1. Quadro de Pessoal do TCE-PR no terceiro trimestre de 2012:

Nº de servidores estatutários ativos:

| Cargos             | Total      |
|--------------------|------------|
| Nível Superior     | 427        |
| Nível Médio        | 124        |
| Nível Fundamental  | 5          |
| Cargos em Comissão | 95         |
| <b>TOTAL</b>       | <b>651</b> |

Tabela 13 - Quadro de servidores do TCE-PR. Fonte: Diretoria Gestão Pessoas- TCE-PR.

\* Exonerações: 3 cargos de Analista de Controle.

\* Aposentadorias: 3 cargos de Consultor Técnico; 11 cargos de Analista de Controle; 1 cargo de Auxiliar de Controle; 1 cargo de Técnico de Controle.

\* Falecimento: 1 cargo de Analista de Controle.

### 5.2.2. Desenvolvimento profissional e capacitação dos servidores em eventos internos e externos do TCE-PR no terceiro trimestre de 2012

Resumidamente, temos o seguinte quadro das atividades relacionadas à capacitação de servidores do TCE-PR, no 3º trimestre de 2012:

|  | Eventos   | Participantes | CH          |
|--|-----------|---------------|-------------|
| CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES - INTERNO - 2012   | 26        | 153           | 178         |
| CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES - TERCEIROS - 2012 | 45        | 191           | 4340        |
| <b>TOTAL</b>                                 | <b>71</b> | <b>344</b>    | <b>4518</b> |

Tabela 14 - Quadro geral de capacitação dos servidores em eventos internos e externos no 3º trimestre de 2012. Fonte: Escola de Gestão Pública – TCE-PR.

#### 5.2.2.1 Capacitação de Servidores - Interno

| EVENTO                    | Nº DE SERVIDORES | CH | PERÍODO           | LOCAL         | PROMOÇÃO |
|---------------------------|------------------|----|-------------------|---------------|----------|
| AUDITORIA DE CONFORMIDADE | 34               | 30 | 13 a 17 de agosto | Auditório TCE | EGP      |

|  |    |    |                     |               |               |
|--|----|----|---------------------|---------------|---------------|
| SISTEMA ELETRÔNICO DE PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS - VIAGENS - TURMA 01 (manhã) | 35 | 3  | 04 de setembro      | Auditório TCE | EGP           |
| SISTEMA ELETRÔNICO DE PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS - VIAGENS - TURMA 02 (tarde) | 28 | 3  | 05 de setembro      | Auditório TCE | EGP           |
| SEGUNDA FASE DO TREINAMENTO FINANCEIRO DO BANCO MUNDIAL                          | 28 | 16 | 10 e 11 de setembro | Auditório TCE | Banco Mundial |

**Tabela 15 - Quadro de capacitação dos servidores em eventos internos no 3º trimestre de 2012. Fonte: Escola de Gestão Pública – TCE-PR.**

### Destaques:

#### ✓ Capacitação em auditoria com o TCU

Tribunal de Contas da União ministrou capacitação em auditoria e contou com a presença de 36 servidores da Casa, de seis unidades do TCE-PR. Organizado pela Escola de Gestão Pública (EGP), o curso teve o objetivo de aperfeiçoar o serviço de auditoria realizado pelo Tribunal. Durante a qualificação, os participantes debateram a identificação e aplicação dos critérios, metodologias, procedimentos e técnicas da fiscalização padrão adotada pelo TCU, em especial no tocante à Auditoria de Conformidade.

### 5.2.2.2 Capacitação de Servidores - Terceiros

| EVENTO   | CH | PERÍODO                   | LOCAL        | PROMOÇÃO  |
|--|----|---------------------------|--------------|---|
| <b>JULHO</b>   |    |                           |              |   |
| Gestão Administrativa no Setor Público   | 80 | 15 de março a 02 de julho | E.a.D.       | Instituto Legislativo Brasileiro                              |
| COSO APLICADO À AUDITORIA – BID (TCE's E CGU)  | 40 | 02 a 06                   | Brasília/DF  | BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento                 |
| Prático de Contratação de Serviços, com Ênfase nas Retenções de PIS/Cofins, IR, CSLL, ISS e INSS | 16 | 05 e 06                   | Curitiba/PR  | CENTRO EUROPEU CURSOS DE TURISMO ADM HOTELEIRA E IDIOMAS LTDA |
| NOÇÕES BÁSICAS DE DIREITO ELEITORAL E DIREITO PENAL ELEITORAL - ELEIÇÕES 2012                    | 15 | 09 a 13                   | Curitiba/PR  | ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SEÇÃO PARANÁ                  |
| Introdução à Administração Estratégica   | 5  | 11                        | E.a.D.       | FGV   |
| ELABORAÇÃO DE CENÁRIOS PROSPECTIVOS  | 16 | 11 e 12                   | São Paulo/SP | Symnetics (Tantum Group Consultoria Empresarial LTDA)         |
| Qualidade em Serviços  | 15 | 18                        | E.a.D.       | FGV   |
| 3º Congresso de Gestão Pública   | 24 | 23 a 24                   | Curitiba/PR  | JML Consultoria e Eventos                                     |
| Balanced Scorecard   | 5  | 24                        | E.a.D.       | FGV   |
| Gestão de Projetos 01 Como Trabalhar com Projetos  | 20 | 25                        | E.a.D.       | Fundação Bradesco   |
| <b>AGOSTO</b>  |    |                           |              |   |

|   |    |                            |                   |   |
|---|----|----------------------------|-------------------|---|
| MODELAGEM DE PROCESSOS DE NEGÓCIO   | 16 | 31 e 01/08                 | São Paulo/SP      | Iprocess (BPM 360 Soluções em Processos LTDA)     |
| Treinamento Básico de Moodle – Tutor  | 8  | 14 e 15                    | Curitiba/PR       | ICI – Instituto Curitiba de Informática           |
| Treinamento Moodle – Administrador  | 8  | 14 e 15                    | Curitiba/PR       | ICI – Instituto Curitiba de Informática           |
| CAPACITAÇÃO EM GESTÃO FIDUCIÁRIA  | 16 | 17 e 18                    | Porto Alegre/RS   | TCE/RS  |
| ANALYST'S NOTEBOOK 8  | 30 | 16 de julho a 03 de agosto | Curitiba/PR       | Tempo Real - Tecnologias de Informação            |
| iBase 8   | 30 | 16 de julho a 03 de agosto | Curitiba/PR       | Tempo Real - Tecnologias de Informação            |
| Treinamento Básico ACL for Windows - Fundamentos, Conceitos e Práticas  | 24 | 06 a 10                    | Curitiba/PR       | SHIFT Technology                                  |
| Treinamento Avançado ACL for Windows - Funções e Scripts  | 24 | 06 a 10                    | Curitiba/PR       | SHIFT Technology                                  |
| VIII Fórum Brasileiro de Controle da Administração Pública & Fórum de Direito da Economia e Contratos Públicos                  | 28 | 8 a 10                     | Rio de Janeiro/RJ | FÓRUM CULTURAL ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS LTDA        |
| IV Seminário Terceiro Setor e Parcerias na Área de Saúde  | 27 | 9 e 10                     | São Paulo/SP      | Instituto Brasileiro de Direito Público - IBDP    |
| 1º Encontro sobre o Módulo de Controle Externo do Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS)             | 8  | 10                         | Brasília/DF       | Ministério da Saúde                               |
| Application Architecture, Development and Integration Summit  | 21 | 14 e 15                    | São Paulo/SP      | Gartner Summits                                   |
| Encontro Nacional sobre Atividades de Inteligência de Controle Externo  | 24 | 15 a 17                    | Brasília/DF       | ATRICON   |
| 8º Congresso Brasileiro de Licitações, Contratos e Compras Governamentais   | 36 | 15 a 17                    | Salvador/BA       | IBDP - Instituto Brasileiro de Direito Processual |
| E-Doc - Curitiba - "Gestão da Informação em Ambientes Digitais"   | 15 | 16 a 17                    | Curitiba/PR       | Index Informação Integrada                        |
| MS Project 2010 na Prática com Metodologia "Hands On"   | 24 | 17 a 19                    | Curitiba/PR       | Interdata Cursos                                  |
| OFICINA: "GESTÃO SEGURA E EFICIENTE DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS"   | 11 | 18                         | Salvador/BA       | IBDP - Instituto Brasileiro de Direito Processual |
| Encontro Nacional do Grupo Atos de Pessoal  | 16 | 20 e 21                    | Florianópolis/SC  | TCE/SC  |
| Treinamento sobre ISSAIS Nível IV - Diretrizes de Auditoria   | 40 | 20 a 24                    | Brasília/DF       | BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento     |
| Fronteiras em Gestão Pública: Criação de Valor, Tendências e Perspectivas   | 36 | 20 a 24                    | Brasília/DF       | Fundação Dom Cabral                               |
| 2º SEMINÁRIO DE PESQUISA DE DIREITO ADM DA USP  | 16 | 23 e 24                    | Ribeirão Preto/SP | Faculdade de Direito da USP                       |
| Gerenciamento de Projetos   | 24 | 24 a 26                    | Curitiba/PR       | FGV   |
| Seminário Nacional - O Planejamento Integral e a Estruturação do Termo de Referência para Contratar Serviços Comuns e Contínuos | 30 | 27 a 30                    | São Paulo/SP      | Zênite  |
| 10º Seminário Paranaense de Educação Fiscal   | 16 | 27 a 30                    | Umuarama/PR       | Universidade Estadual de Maringá                  |
| Redes Sociais na Gestão Pública   | 3  | 28                         | E.a.D.            | Comunique-se Educação                             |
| Auditoria da Folha de Pagamento no Serviço Público  | 16 | 28 a 30                    | Brasília/DF       | One Cursos  |
| 13º Congresso Paranaense de Direito Administrativo  | 25 | 29 a 31                    | Curitiba/PR       | IPDA  |

|  |    |         |                   |   |
|--|----|---------|-------------------|---|
| Seminário Nacional de Acessibilidade "Um Caminho para Todos"                                 | 12 | 30 e 31 | Recife/PE         | TCE/PE - Tribunal de Contas do Estado do Pernambuco   |
| 2º Colóquio CTIR GOV - AGO/2012  | 8  | 31      | Brasília/DF       | CTIR GOV  |
| <b>SETEMBRO</b>  |    |         |                   |   |
| Encontro Técnico Nacional: Os Desafios do Controle em Rede e os Riscos da Copa do Mundo 2014 | 16 | 10 a 11 | Belo Horizonte/MG | TCE/MG - Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais |
| Seminário "Controle das Políticas Públicas de Acessibilidade"                                | 20 | 12 e 13 | Brasília/DF       | Tribunal de Contas da União                           |
| IV Fórum Latino Americano de Gestão Pública  | 9  | 13 a 15 | Curitiba/PR       | OAB Paraná  |
| 5º FÓRUM NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS E ARQUIVISTAS  | 24 | 26 a 28 | FLORIANÓPOLIS/SC  | TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA        |
| Treinamento Avançado no Uso da Ferramenta de Auditoria ACL                                   | 24 | 24 a 26 | Curitiba/PR       | Shift Technology - Curitiba                           |
| Gestão do Clima Organizacional nos Tribunais de Contas                                       | 11 | 25 a 26 | Brasília/DF       | TCU - Tribunal de Contas da União                     |

**Tabela 16 - Quadro de capacitação dos servidores em eventos externos no 3º trimestre de 2012. Fonte: Escola de Gestão Pública – TCE-PR.**

### Destaques:

#### ✓ Fórum internacional debate a Administração Pública, em Curitiba

A 4ª edição do Fórum Latino-americano de Gestão Pública foi organizado e promovido pela Comissão de Gestão Pública da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e trouxe especialistas de renome internacional a Curitiba. Temas como controle das contas públicas, transparência, corrupção e a integração do Mercosul estavam na pauta. A temática principal do encontro foi “Infraestrutura, energia, integração e desenvolvimento social”.

### 5.3. Tecnologia da Informação

A fim de modernizar suas atividades de controle externo, o TCE-PR vem intensificando o uso da tecnologia da informação, como forma de estabelecer um sistema de informações integrado, tempestivo e confiável.

As ações que mais se destacaram no terceiro trimestre de 2012, foram:

#### Área de Desenvolvimento

- ✓ Customização do Sistema Analisador das Prestações de Contas Anuais para utilização na análise das informações captadas pelo SIT.
- ✓ Melhorias no Captador do SIT, tais como, glosa de despesa, estorno de despesa, manutenção evolutiva em devolução de saldo e consulta de despesas.
- ✓ Construção do projeto para o novo Sistema de Cadastro de Jurisdicionados do Tribunal – SICAD.

- ✓ Construção do projeto para o novo Sistema de Informações Municipais – SIMAM 2013.
- ✓ Construção do projeto para o novo sistema de Atos de Pessoal, módulo Aposentadoria – SIAP.
- ✓ Construção do projeto para o novo sistema de Fiscalização de Obras Paralisadas.
- ✓ Construção do projeto para o novo Sistema de Cadastro de Leis, Atos Administrativos e Documentos – ATOTECA.
- ✓ Construção do projeto Novo Trâmite, onde foram levantadas as necessidades de cada unidade, correções e novas adequações no sistema de Procedimentos Administrativos.
- ✓ Adaptação de sistemas legados para o layout do Novo Portal do TC e implantação do sistema de migração de sessões, conteúdos e sistema de conversão de vídeos de sessões.
- ✓ Implementação de melhorias no sistema de Peticionamento Eletrônico, buscando melhor desempenho e ergonomia, além de incrementar requisitos de segurança.
- ✓ Implantação do sistema de Atos Administrativos, adotando o processo de compras da DAMP, partindo da ordem de compra, emitida pela Elotech e finalizando na obtenção do empenho pela DEF.
- ✓ Implementação de melhorias no sistema de Peticionamento Eletrônico, buscando melhor desempenho e ergonomia, além de incrementar requisitos de segurança. Também foram adicionadas novas funcionalidades, tais como: assinatura em lote e acesso a múltiplos procuradores das entidades.
- ✓ Implantação da Certidão para Fins de Operação de Crédito.

### **Área de Infraestrutura e Segurança da Informação**

- Início da implantação do projeto de Comunicações Unificadas – que visa à substituição da atual solução de telefonia do Tribunal por outra que permita, além de chamadas telefônicas, a realização de conferências de áudio e vídeo, a integração de telefonia, mensageria instantânea, correio eletrônico e telefones pessoais - realizada a instalação e configuração de equipamentos.

## **6. Portfólio de Programas e Projetos Institucionais do TCE-PR**

A gestão do Portfólio de Programas e Projetos Institucionais do TCE-PR é de responsabilidade da Coordenadoria Geral (CG), com a assessoria da Coordenadoria de Planejamento (COPLAN), tendo as atribuições definidas na Estrutura de Governança da Gestão de Portfólio, constante do Guia de Gestão de Portfólio de Projetos Institucionais. O Tribunal adotou a metodologia de gerenciamento de projetos baseada nas diretrizes e normas do PMI (*Project Management Institute*), elencadas no PMBOK (*Project Management Book of Knowledge*). Com o

intuito de gerenciar o andamento dos projetos da Casa, o Tribunal, em 2011, passou a utilizar as funcionalidades do software *Channel*.

A seguir, consta um quadro resumido de todos os programas e projetos que são desenvolvidos no Tribunal, assim como o respectivo detalhamento.

### PORTFÓLIO DE PROGRAMAS E PROJETOS INSTITUCIONAIS DO TCE-PR

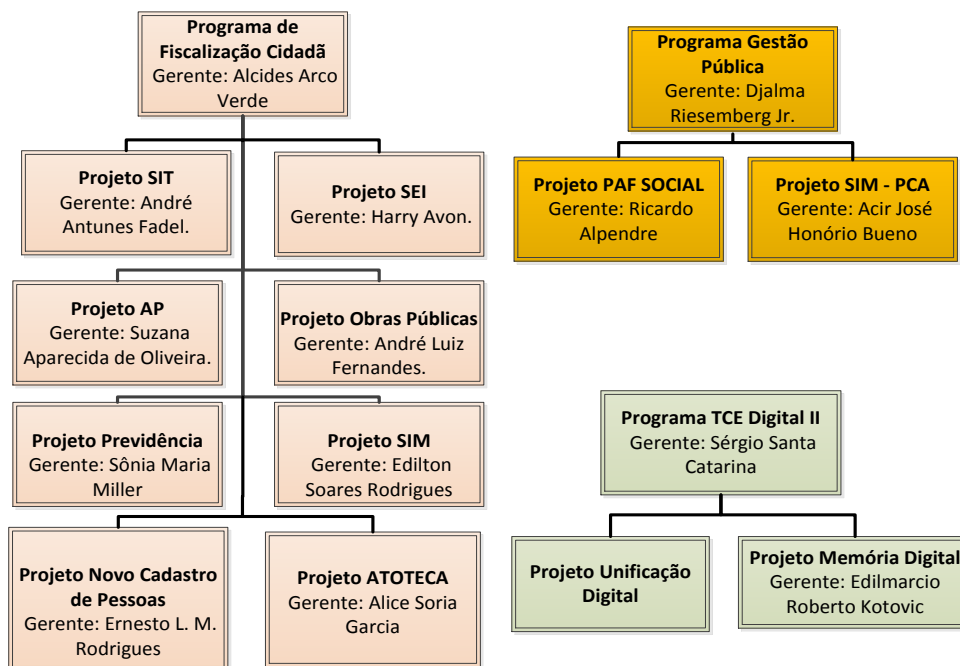


Figura 1 - Portfólio de Programas e Projetos Institucionais do TCE-PR - 3º trimestre de 2012

## I- RESUMO DO ANDAMENTO DOS PROJETOS

|                              |                                  | FASE         |                           |           |              |          |           |
|------------------------------|----------------------------------|--------------|---------------------------|-----------|--------------|----------|-----------|
|                              |                                  | NÃO INICIADO | LEVANTAMENTO DAS DEMANDAS | INICIAÇÃO | PLANEJAMENTO | EXECUÇÃO | ENCERRADO |
| Programa Fiscalização Cidadã | Projeto SIT                      |              |                           |           |              |          |           |
|                              | Projeto AP                       |              |                           |           |              |          |           |
|                              | Projeto SIM                      |              |                           |           |              |          |           |
|                              | Projeto Previdência              |              |                           |           |              |          |           |
|                              | Projeto Atoteca                  |              |                           |           |              |          |           |
|                              | Projeto Obras Públicas           |              |                           |           |              |          |           |
|                              | Projeto Novo Cadastro de Pessoas |              |                           |           |              |          |           |
|                              | Projeto SEI                      |              |                           |           |              |          |           |
| Programa Gestão Pública      | Projeto PAF Social               |              |                           |           |              |          |           |
|                              | Projeto SIM PCA                  |              |                           |           |              |          |           |
| Programa TCE Digital II      | Projeto Unificação Digital       |              |                           |           |              |          |           |
|                              | Projeto Memória Impressa         |              |                           |           |              |          |           |

Tabela 17 - Andamento de Programas e Projetos no 3º trimestre de 2012. Fonte: Coordenadoria de Planejamento – TCE-PR

## II- DESCRIÇÃO DOS PROJETOS

### 6.1. Programa Gestão Pública

O Programa Gestão Pública foi instituído pela Portaria 428/11 com a finalidade de promover a divulgação dos dados da gestão municipal à sociedade, constituir uma rede social de controle e propiciar subsídios para a tomada de decisão das ações de controle externo.

O referido Programa é composto pelos seguintes Projetos: PAF Social e SIM PCA, os quais estão relatados a seguir:

#### ✓ Projeto SIM PCA

O Projeto SIM PCA foi criado a partir da Portaria 551/11 e tem como meta aprimorar o escopo de fiscalização e análise da gestão municipal, com o intuito de subsidiar os Pareceres Prévios emitidos em face das prestações de contas municipais e utilizar indicadores de gestão como critério para seleção de auditorias municipais.

## ✓ Projeto PAF Social e seus resultados

---

O Projeto PAF Social foi criado pela Portaria nº 550/11. O objetivo do Projeto é de formar ampla rede de controle, por meio da cooperação técnica-institucional de diferentes entes representativos da sociedade (Universidades, Órgãos de Classe, Conselhos Municipais e Estaduais, entre outros), a fim de que participem do controle da Gestão Pública. Além disso, outra meta do projeto é realizar um mapeamento regional das áreas e/ou políticas públicas que, na percepção da sociedade, exigem maior controle e, portanto, maior atuação do Tribunal de Contas.

No mês de julho, foi encerrada a primeira grande etapa do projeto PAF Social, que teve a apresentação das conclusões das auditorias realizadas em 110 municípios pelo TCE, com as sete universidades estaduais paranaenses. Mais de 400 pessoas participaram do evento de encerramento realizado no Canal da Música, em Curitiba, e contou com a ilustre presença do jornalista e escritor Caco Barcellos, que fez palestra na abertura de evento.

No total, o Plano Anual de Fiscalização Social analisou a realidade de 130 municípios, de todas as regiões do Estado. Foram realizadas auditorias nas áreas de gestão do lixo (em Cornélio Procopio e Pinhalão), compra e distribuição de medicamentos (Ponta Grossa, Paranavaí e Marechal Cândido Rondon) e transporte escolar (Bandeirantes, Barra do Jacaré, Goioerê e Araruna). Informações de outros 121 municípios foram utilizadas na construção de indicadores de gestão nas áreas de saúde e educação. A escolha dos temas partiu dos universitários, que realizaram cerca de 1.100 entrevistas, com usuários e gestores dos serviços – o trabalho foi incluído na grade dos cursos, como projetos de pesquisa e extensão.

Na gestão do lixo, as principais falhas foram os baixos índices de coleta seletiva e de reciclagem, a falta de um plano de gestão de resíduos (conforme prevê a Lei Federal 12.305/10) e até mesmo a falta de lixeiras em ruas e praças. Os principais problemas apontados na gestão de medicamentos foram as más condições de armazenamento e erros no planejamento das compras e na distribuição, o que fez com que os produtos perdessem a validade antes de chegar à população. Na área do transporte escolar, as maiores falhas identificadas foram: o sucateamento dos ônibus falta de equipamentos essenciais (como cinto de segurança) e uso dos veículos para outras finalidades, como viagens e transporte de pessoas que não são estudantes.

Os relatórios foram analisados e submetidos aos Conselheiros, porém a ideia consiste em levar os resultados para as comunidades, a fim de sensibilizar os governos sobre a necessidade da adoção de procedimentos que venham a corrigir erros e práticas administrativas. Os relatórios serão divulgados e debatidos em audiências públicas regionais. Os gestores públicos dos municípios avaliados receberão recomendações e terão um prazo para apresentar planos de ação para corrigir as falhas. O TCE vai monitorar a eficácia dessas medidas.

## 6.2. Programa Fiscalização Cidadã

O Programa foi instituído por meio da Portaria nº 420/11 e visa a aprimorar os processos de fiscalização, oferecendo ferramentas eficientes e padrões adequados para a realização do controle externo, bem como fornecer informações necessárias para o exercício do controle social. Este é composto pelos seguintes Projetos: Atos de Pessoal; Sistema Integrado de Transferências – SIT; Sistema Estadual de Informações – SEI; Sistema de Informações Municipais – SIM; Previdência; Obras Públicas; e Novo Cadastro de Pessoas.

### ✓ Projeto Atos de Pessoal

Este projeto foi instituído pela Portaria nº 421/11, a fim de desenvolver um sistema informatizado para captação, análise, crítica e conclusões à vista dos dados atinentes aos atos de pessoal praticados e informados pelos jurisdicionados objetivando implementar melhorias na fiscalização dos atos de pessoal, sujeitos a registro, de âmbito estadual e municipal.

### ✓ Projeto Sistema Integrado de Transferências – SIT

O Projeto Sistema Integrado de Transferências (SIT) foi iniciado através da Portaria nº 422/11, dando cumprimento ao disposto no art. 228, do Regimento Interno da Casa. Tem como objetivo o desenvolvimento de instrumentais para a fiscalização dos repasses e da execução das despesas de transferências voluntárias estaduais e municipais, com vistas ao aprimoramento do controle interno das entidades jurisdicionadas, além da disponibilização das informações necessárias para o exercício do controle social.

A prestação das informações relacionadas a transferências voluntárias através do SIT tornou-se obrigatória a partir de janeiro de 2012 para todas as entidades que repassam ou recebem recursos públicos de transferências voluntárias no estado do Paraná.

### ✓ Projeto Sistema Estadual de Informações – SEI

O Sistema Estadual de Informações foi implantado pela Portaria 423/11 e tem como objetivo desenvolver o novo sistema de fiscalização da Administração Estadual, assim como, auxiliar no aprimoramento do controle interno das entidades jurisdicionadas e disponibilizar informações necessárias para o exercício do controle social.

### ✓ Projeto Sistema de Informações Municipais – SIM

O projeto do novo Sistema de Informações Municipais foi instituído pela Portaria nº 805/11 e tem por finalidade adequar o plano de contas aos requisitos das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP), padronizar e consolidar as contas públicas, por meio da reformulação do Sistema de Informações Municipais já existente.

O novo Sistema é uma ferramenta eletrônica utilizada para o encaminhamento da Prestação de Contas. Esse Sistema evita deslocamentos de servidores das Prefeituras a Curitiba e reduz os gastos dos municípios com o correio, além de padronizar procedimentos, agilizar e aprimorar a análise de dados. Dessa forma, o SIM estabeleceu mecanismos mais precisos de análise de dados, permitindo ao Tribunal um controle mais eficiente e eficaz dos gastos públicos.

#### ✓ Projeto Previdência

O Projeto Previdência foi iniciado pela Portaria 865/11 e tem como objetivo desenvolver junto aos jurisdicionados, que possuam RPPS (Regimes Próprios de Previdência Social), tanto nos Municípios quanto no Estado, procedimentos de Gestão Previdenciária, analisando, para isso, as áreas atuarial, contábil, jurídica e mercado financeiro, com observância dos corretos conceitos da previdência: caráter contributivo, equilíbrio financeiro e atuarial, formação de poupança interna de longo prazo, pagamento dos benefícios relacionado à formação do plano de custeio e distribuição de renda.

#### ✓ Projeto Obras Públicas

Implantado pela Portaria 818/11, o Projeto tem por finalidade elaborar as especificações, testar e homologar o novo sistema de fiscalização de obras públicas estaduais e municipais, auxiliar no aprimoramento do controle interno das entidades jurisdicionadas e disponibilizar informações necessárias ao exercício do controle social. O projeto se justifica em face da necessidade de estruturação das informações para controle das obras públicas estaduais e de ampliação das informações existentes sobre as obras municipais. O maior volume de informações, inclusive com o recebimento de cópias digitais de documentos, mostra-se fundamental para que seja possível um conhecimento mais detalhado das obras, minimizando a necessidade de deslocamento ao local das mesmas.

#### ✓ Projeto Novo Cadastro de Pessoas

Instituído pela Portaria 966/11, o Novo Cadastro de Pessoas tem como meta redesenhar e reconstruir o sistema de captação e manutenção dos dados cadastrais dos jurisdicionados, fornecedores, agentes públicos e demais pessoas jurídicas e físicas que se relacionam com o Tribunal, já que o sistema atual está obsoleto. A ideia central visa à criação de um novo sistema de cadastro de pessoas com três interfaces: uma externa para os jurisdicionados e duas internas, uma para consulta geral e outra para cadastramento.

#### ✓ Projeto ATOTECA

O Projeto ATOTECA foi instituído pela Portaria 613/12, no 3º trimestre de 2012, e tem como objetivo criar uma base de dados geral para leis, decretos, portarias, resoluções e outros

atos emitidos pelos jurisdicionados, permitindo o cadastro e a pesquisa através de uma interface única e posterior referência a estes atos nos processos protocolados pelo jurisdicionado junto ao TCE.

### **6.3. Programa TCE Digital II**

O TCE Digital II foi implantado pela Portaria nº 427/11 e tem como objetivo central consolidar a substituição de documentos impressos por documentos digitais com o desenvolvimento do novo sistema de trâmite e de encaminhamento de documentos não processuais pelo meio digital.

#### **✓ Projeto Unificação Digital**

---

Este projeto, instituído pela Portaria 818/11, integra o Programa TCE Digital Fase II com a finalidade de consolidar a substituição de documentos impressos por documentos digitais com o desenvolvimento do novo sistema de trâmite e de encaminhamento de documentos não processuais por meio digital.

Há que se ressaltar o elevado grau de inovação introduzido neste projeto por adotar a tecnologia de BPM (Ágiles) e, por consequência, práticas voltadas para a execução de processos e atividades.

Além de impor grande risco ao cumprimento do planejamento, a inovação exigiu grandes esforços de capacitação da equipe e o desenvolvimento do ambiente tecnológico até então praticamente desconhecido pela equipe de tecnologia do TCE. Vários aspectos, por serem exigências do TCE, também não estavam completamente dominados pelo fabricante da solução Ágiles que, por consequência, teve que desenvolver, acarretando mais tempo para a transferência da tecnologia.

#### **✓ Projeto Memória Impressa**

---

Este projeto, iniciado em julho de 2012, com previsão de término em 30/11/2012, tem por objetivo concluir a destinação do acervo de processos e documentos impressos, que foram digitalizados.

A partir da assinatura do Termo de Custódia, acordado com o DEAP em junho de 2012, foi planejado e encontra-se em execução o projeto para a embalagem e transferência do acervo para o espaço disponibilizado pelo DEAP.

## 7. Relacionamento com o Público Externo

O Tribunal estabeleceu novas possibilidades de parcerias entre o Poder Público e a sociedade civil, fomentando o conceito de cidadania para o acompanhamento do uso dos recursos públicos, assim como dos gastos e investimentos. Além disso, investiu na capacitação de jurisdicionados e na ampliação e aprimoramento das ações de comunicação.

### 7.1. Convênios e Parcerias

O foco dos acordos de cooperação técnica foi o intercâmbio de informações, a fiscalização de recursos públicos, o fomento às atividades de pesquisa e extensão acadêmicas, o treinamento de servidores, a compra de equipamentos, entre outros.

#### 7.1.1. Parcerias que o TCE-PR manteve durante o terceiro trimestre de 2012

| Protocolo | Parceria  | Objeto   | Assinatura | Prazo                         |
|-----------|---|--|------------|-------------------------------|
| 15379-04  | CGU   | Realização de trabalhos de auditoria nas contas de Programas e Projetos co-financiados pelo- BID, no Estado do Paraná.   | 07/06/2004 | DE 17/05/2003 A INDETERMINADO |
| 63236-09  | PARANÁ PREVIDÊNCIA  | Concessão e manutenção de benefícios previdenciários aos Conselheiros, Auditores, Procuradores e servidores cargos efetivos, do TCE PR, e seus dependentes, bem como a gestão e o processamento das respectivas folhas de pagamento.                                     | 29/09/2009 | INDETERMINADO                 |
| 157073-10 | TJ-TRT-TRF-MPE- Assoc. dos Municípios   | Estabelecer ordem cronológica única de apresentação dos precatórios requisitórios, entre o TJ-PR, o ESTADO DO PARANÁ e seus MUNICÍPIOS.  | 29/03/2010 | INDETERMINADO                 |
| 291540-08 | MP PR FUNDEB  | Compartilhar informações e articular ações institucionais, nos termos discriminados adiante, com o objetivo de potencializar a efetividade das decisões do Tribunal de Contas e instrumentalizar a ação do Ministério Público voltada para esse fim. Relativo ao FUNDEB. | 06/10/2008 | INDETERMINADO                 |
| 305536-09 | Câmara dos Deputados, Senado, TCU, TCDF, TCE BA, MT, MG, PE, SP, AM, CE, PR, RJ, RN, RS, TCM SP, RJ, BA, CE | Articulação de esforços, formação de parcerias e troca de informações, por meio do estabelecimento de compromissos e ações conjuntas, com o objetivo de viabilizar o apoio a ações de fiscalização dos recursos públicos aplicados para a realização da Copa.            | 25/08/2009 | 25/08/2014                    |

|            |   |   |            |               |
|------------|---|---|------------|---------------|
| 27029-9/11 | IRB   | Cessão, pelo IRB, de licença permanente de uso do software CHANNEL de gestão estratégica e gestão de projetos.  | 15/09/2011 | 15/09/2013    |
| 228930-09  | Rede de Controle - TCU e outros             | Ampliar e aprimorar a articulação de parcerias entre entidades mediante a formação de rede estadual e interação com a Rede de Controle da Gestão Pública.   | 16/11/2009 | 16/11/2014    |
| 482691-10  | GESPÚBLICA -                                | Participar do desenvolvimento das atribuições do Comitê Gestor do Núcleo Paranaense, elencadas no, artigos 2 e 3 do Regimento Interno.  | 19/11/2010 | 19/11/2015    |
| 266247-10  | TJ-PR                                       | Desenvolvimento de ações conjuntas, visando ao aprimoramento do desempenho das respectivas atribuições, por meio de intercâmbio de informações, conhecimentos e técnicas e de cooperação técnica, científica e cultural.  | 13/12/2010 | 13/12/2015    |
| 236577-09  | TCE-TO                                      | Estabelecer formas de cooperação entre o TCE-TO e o TCE-PR, nas áreas técnicas e funcionais das Entidades aqui acordantes, com a finalidade de aprimorar e fortalecer os mecanismos com os quais opera o controle externo.  | 26/06/2009 | INDETERMINADO |
| 60640-8/11 | CREA - PR                                   | Implementar procedimentos para a fiscalização de obras públicas; Viabilizar o acesso a informações dos sistemas informatizados dos convenentes; divulgar ações dos partícipes; Promover ações conjuntas objetivando ampliar a participação de profissionais registrados no CREA-PR, na ocupação de cargos técnicos e no desempenho das atividades previstas na Lei n 5.194/66; Estabelecer procedimentos para o registro das Anotações de Responsabilidade Técnica - ARTs, decorrentes de trabalhos técnicos executados por profissionais integrantes do quadro técnico do TCE-PR; Criar um canal de comunicação permanente entre o CREA-PR e o TCE-PR. | 13/10/2011 | INDETERMINADO |
| 575931-06  | TRT   | Instituir o intercâmbio permanente de informações, notadamente no que se refere ao controle de contas dos Municípios do Estado do Paraná. A cooperação recíproca.   | 28/11/2006 | INDETERMINADO |
| não atuado | Protocolo de Intenções IBRAOP-TCs - Atricon | Desenvolvimento de ações voltadas ao aprimoramento da gestão e do controle de obras públicas no Brasil, bem como para uniformização de entendimentos por meio da elaboração de Orientações Técnicas.  | 16/11/2009 | 16/11/2014    |
| 398445/10  | IBRAOP - Filiação                           | Filiação do TCE-PR ao Ibraop, nos termos do Protocolo de Intenções firmado em 16 de novembro de 2009.   | 19/11/2010 | 16/11/2014    |
| 582703-11  | TCE PR - PGE - MPJTC                        | Integração dos órgãos signatários e o estabelecimento de rotinas procedimentais comuns para obter maior eficácia na execução fiscal e na defesa judicial dos atos emanados do TCE, bem como fornecer acesso ao banco de pareceres exarados pela PGE a ambos os órgãos.  | 16/09/2011 | INDETERMINADO |
|            | Receita Federal                             | Fornecimento de informações cadastrais de pessoas físicas e jurídicas, constantes dos cadastros da Secretaria da Receita Federal do Brasil, ao TCE-PR.  | 18/02/2009 | INDETERMINADO |

|            |                                       |   |            |                              |
|------------|---------------------------------------|---|------------|------------------------------|
| 58269-0/11 | UFPR                                  | Parceria para ações de fiscalização de obras da copa.   | 31/01/2012 | 60 meses                     |
| 49383/12   | DETO                                  | Normatizar o orçamento programado com referência ao fornecimento de combustíveis, álcool etílico hidratado, gasolina comum e óleo diesel, associado à instalação e manutenção de sistema automatizado de controle de abastecimento.   | 16/04/2012 | 31/12/2012                   |
| 49391/12   | SEAP                                  | Manutenção corretiva e preventiva nos veículos da frota.  | 11/04/2012 | 21/12/2012                   |
| 3491-2/12  | SEBRAE                                | Voltados à divulgação e capacitação quando ao tratamento diferenciado a ser dado às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nas Licitações Públicas.   | 30/11/2011 | Não explicitado no convênio. |
| 223740/12  | PARANAPREVIDÊNCIA                     | Estabelecer regras e condições que possibilitem o intercâmbio e integração de informações, de base de dados, e de soluções de tecnologia da informação, visando otimizar as atividades de fiscalização, bem como evitar práticas que tenham o potencial de gerar desperdícios de recursos públicos. | 12/06/2012 | Indeterminado                |
| 5833-1/12  | MPPR                                  | Aditivo ao 514909-10. Cooperação visando conferir agilidade aos trabalhos desenvolvidos no MPPR, mormente no tocante à Proteção ao Patrimônio Público e à Ordem Tributária, à Educação e ao Combate aos Crimes Praticados por Prefeitos.  | 05/06/2012 | 60 meses                     |
| 279461-06  | ATRICON                               | Promoex   | 22/08/2006 | 31/12/2011                   |
| 5833-1/12  | MPPR                                  | Cooperação visando conferir agilidade aos trabalhos desenvolvidos no MPPR, mormente no tocante à Proteção ao Patrimônio Público e à Ordem Tributária, à Educação e ao Combate aos Crimes Praticados por Prefeitos.  | 05/06/2012 | 60 meses                     |
| 98406/12   | IRB - Aditivo                         | Apoio técnico e financeiro à execução do Programa de Modernização do Sistema de Controle Externo dos Estados e dos Municípios Brasileiros.  | 14/12/2011 | 31/12/2012                   |
| 205741/12  | TCU                                   | Licenciamento para o uso do programa de computador Fiscalis Execução off-line.  | 26/03/2012 | 30 ANOS                      |
| 335351/12  | OSB - Observatórios Sociais do Brasil | Cooperação para fiscalização das contas públicas.   | 09/07/2012 | 60 MESES                     |
| 330775/12  | SAE PR                                | Promover o intercâmbio de informações e experiências para a implementação dos instrumentos da Lei de Acesso à Informação.   | 11/05/2012 | 31/12/2013                   |
| 404051/12  | SEBRAE - SEAP - SEAE                  | Cooperação mútua visando o desenvolvimento de ações a serem executadas referentes ao programa de formação empreendedora para entidades que atuam junto ao Terceiro Setor.   | 04/07/2012 | 04/12/2013                   |
| 2855-6/12  | UTFPR                                 | Fomentar pesquisa à tecnologia de informação, nas áreas de engenharia de software e sistemas de informação, com equipes compostas por servidores do TCE-PR e pesquisadores e alunos da UTFPR.   | 18/07/2012 | 54 MESES                     |
| 534052/12  | BID                                   | Auditoria de Projetos e Programas Financiados pelo BID.   | 29/06/2012 | INDETERMINADO                |
| 164654/12  | UFPR                                  | Contratação dos bolsistas para fiscalização de obras da COPA.   | 05/09/2012 | Dez/2013                     |

Tabela 18 – Parcerias que o Tribunal manteve no 3º trimestre de 2012. Fonte: Gabinete da Presidência - TCE-PR

### 7.1.2. Parcerias relacionadas ao projeto PAF SOCIAL

| Protocolo | Parceria         | Objeto  | Assinatura | Prazo      |
|-----------|------------------|---|------------|------------|
| 488928-11 | UEL              | Fomento às atividades de pesquisa e extensão acadêmica do tomador, voltadas ao estudo e análise da gestão pública municipal, para incentivar e aprimorar as ações no âmbito do controle externo, no controle interno e do controle social.      | 29/08/2011 | 31/07/2012 |
| 488928-11 | UEM              | O desenvolvimento e a análise de indicadores de gestão pública municipal, aplicados às ações de controle.   | 29/08/2011 | 31/07/2012 |
| 488928-11 | UEPG             | O desenvolvimento e análise de indicadores de gestão pública municipal, aplicados às ações de controle e o desenvolvimento de ações conjuntas para a realização de Auditoria Operacional e de Regularidade ou de Conformidade na área de saúde. | 29/08/2011 | 31/07/2012 |
| 488928-11 | UNICENTRO        | O desenvolvimento e análise de indicadores de gestão Pública municipal, aplicados às ações de controle.   | 29/08/2011 | 31/07/2012 |
| 488928-11 | UNIOESTE         | O desenvolvimento e análise de indicadores de gestão pública municipal, aplicados às ações de controle e o desenvolvimento de ações conjuntas para a realização de Auditoria Operacional e de Regularidade ou de Conformidade na área de saúde. | 29/08/2011 | 31/07/2012 |
| 488928-11 | UNESPAR/FAFIPA   | O desenvolvimento de ações conjuntas para a realização de Auditoria Operacional e Auditoria de Regularidade ou Conformidade na área de Saúde.   | 29/08/2011 | 31/07/2012 |
| 488928-11 | UNESPAR/FECILCAM | O desenvolvimento de ações conjuntas para a realização de Auditoria Operacional e Auditoria de Regularidade ou Conformidade na área da Educação.  | 29/08/2011 | 31/07/2012 |
| 488928-11 | UNESPAR/FECEA    | Voltado ao estudo e análise da gestão pública municipal, para incentivar e aprimorar as ações no âmbito do controle externo, do controle interno e do controle social.  | 29/08/2011 | 31/07/2012 |
| 488928-11 | UENP             | Voltado ao estudo e análise da gestão pública municipal, para incentivar e aprimorar as ações no âmbito do controle externo, do controle interno e do controle social.  | 29/08/2011 | 31/07/2012 |

Tabela 19 – Parcerias relacionadas ao Projeto PAF Social. Fonte: Gabinete da Presidência - TCE-PR

### 7.1.3. Parcerias que estão tramitando no TCE-PR

| Protocolo  | Parceria         | Objeto   |
|------------|------------------|--|
| 65233-7/11 | IRB              | Para o desenvolvimento de projeto e atividades de natureza técnica e científica, visando o fortalecimento da integração e modernização dos TC's.   |
| 599952/12  | COPEL            | Substituição da iluminação atual dos edifícios sede e anexo.   |
| 649283/12  | PR sem Corrupção | Promover e apoiar o combate à corrupção e disseminar uma cultura baseada na dignidade, na honestidade, em princípios éticos, na participação social e no exercício pleno da cidadania.               |
| 651687/12  | Aditivo SAE PR   | Promover o intercâmbio de informações e experiências para a implementação dos instrumentos da Lei de Acesso à Informação, Lei nº 12.524, de 18 de novembro de 2011, no âmbito do TCE PR e da SAE PR. |

|           |                         |   |
|-----------|-------------------------|---|
| 574283/12 | Aditivo ATRICON-PROMOEX | Modernização do Sistema de Controle Externo dos Estados e Municípios brasileiros. |
|-----------|-------------------------|---|

Tabela 20 – Parcerias que estão tramitando no Tribunal. Fonte: Gabinete da Presidência - TCE-PR

#### 7.1.4. Parcerias sem formalização

| Protocolo | Parceria             | Objeto  |
|-----------|----------------------|---|
| 569480-11 | INST. ETHOS E OUTROS | PROJETO JOGOS LIMPOS - Estabelecer rede de controle social para os jogos da Copa. |

Tabela 21 – Parcerias sem formalização. Fonte: Gabinete da Presidência - TCE-PR

## 7.2. Divulgação Institucional

A política de comunicação institucional do TCE-PR visou ao fortalecimento das redes sociais de controle através de canais de comunicação desburocratizados e descentralizados, com linguagem acessível para a sociedade. Dentre os principais instrumentos de divulgação utilizados com esse propósito, destacam-se:

✓ COMUNICAÇÃO INTERNA - servidores

- Boletim eletrônico interno “Contando para Você”;
- Web rádio interna - O TCE Paraná;
- Clipping eletrônico.

✓ COMUNICAÇÃO EXTERNA - jurisdicionados e sociedade

Resumidamente, temos o seguinte quadro das atividades relacionadas à comunicação externa no 3º trimestre de 2012:

| Comunicação externa                                       | Nº |
|---|----|
| Divulgação externa (releases)                             | 90 |
| Rede social institucional<br>- <i>Twitter</i> (postagens) | 94 |
| - <i>Facebook</i> (postagens)                             | 31 |
| Boletim externo (newsletter)                              | 7  |

Tabela 22 – Quadro das atividades de comunicação externa no 3º trimestre. Fonte: Coordenadoria de Comunicação Social - TCE-PR

## 7.3. Eventos Externos

Resumidamente, temos o seguinte quadro das atividades relacionadas à Capacitação de Jurisdicionados, Encontros Técnicos, no 3º trimestre de 2012:

| Tipo de Eventos                                    | Eventos   | Participantes | CH         |
|--|-----------|---------------|------------|
| Programa de Capacitação aos Jurisdicionados - 2012 | 9         | 2448          | 103        |
| Encontros Técnicos - 2012                          | 1         | 3             | 0          |
| Outros Eventos                                     | 2         | 68            | 20         |
| <b>TOTAL</b>                                       | <b>12</b> | <b>2519</b>   | <b>123</b> |

Tabela 23 – Quadro geral dos eventos de capacitação aos jurisdicionados. Fonte: Escola de Gestão de Gestão Pública - TCE-PR

### 7.3.1 Representação Institucional

Através de seu Presidente e corpo técnico, o TCE esteve representado em seminários, fóruns e reuniões, que discutiram a questão da Educação, a Assistência Social, as normas do Direito e as obras para a Copa do Mundo de 2014, procurando sempre atuar de forma transparente, através de ações de caráter preventivo e de orientação ao jurisdicionado.

Resumidamente, temos o seguinte quadro das atividades relacionadas à Representação Institucional e aos Encontros Técnicos, realizados no 3º trimestre de 2012:

| DATA        | LOCAL/EVENTO   | ÓRGÃO/EMPRESA                                | TEMA/ASSUNTO  |
|-------------|--|--|---|
| 04/jul      | Curitiba/Audiência Pública sobre o Pedágio   | ALEP   | Relatório do Pedágio.   |
| 20/jul      | Curitiba/Movimento Paraná Sem Corrupção  | MPE-PR                                       | Compor mesa de abertura.  |
| 08/ago      | Marechal Cândido Rondon/XVII Ciclo de Estudos Contábeis de Marechal Cândido Rondon | UNIOESTE                                     | Palestra sobre a "Nova Contabilidade Pública" e "SIM-AM 2013".  |
| 12 a 14/ago | Brasília/DF  | TCU  | Visita Técnica ao Tribunal Superior do Trabalho, Secretaria de Controle Interno e Tribunal de Contas do Distrito Federal. |
| 22/ago      | Mandaguari/ Cidadania Construção Coletiva  | ADAMA-OBS de MANDAGUARI                      | Palestra sobre "Democracia, Transparência, Acesso à Informação e Responsabilidade Fiscal".                                |
| 28/ago      | Umuarama / X Seminário Paranaense de Educação Fiscal-2012                          | SEFA   | Abertura e Palestra sobre o "PAF Social".   |
| 28/ago      | Porto Alegre / XXXVIII Semana do Ministério Público                                | MPE-RS e Universidade de Santa Cruz do Sul   | Conferência de Abertura - relacionado à Adm. Pública e Direito à Informação.  |
| 29/ago      | Curitiba / XIII Congresso de Direito Administrativo                                | OAB Paraná                                   | Palestra sobre Controle Externo.  |
| 04/set      | Campo Largo / II Semana da Democracia e Cidadania                                  | FACECLA                                      | Palestra: "A Importância do Cidadão na gestão Pública e Controle Social".   |
| 13/set      | Curitiba/II Seminário da Lei Geral   | SEBRAE - Auditório do Palácio das Araucárias | Compras Públicas Municipais e Desenvolvimento (Lei Complementar 123/2006).  |
| 20 e 21/set | Brasília / Reunião   | Esplanada dos Ministérios                    | Reunião de assinatura do Plano de Trabalho sobre a Lei de Acesso.   |

|        |   |           |  |
|--------|---|-----------|--|
| 27/set | Curitiba/Reuniões das Comissões Temáticas do Conselho Estadual de Saúde | SE/CES/PR | Apresentar resultados da Auditoria no Hospital Regional de Ponta Grossa (Orçamento). |
|--------|---|-----------|--|

**Tabela 24 – Representação Institucional e Encontros Técnicos. Fonte: Gabinete da Presidência - TCE-PR**

### 7.3.2 Programa de Capacitação para Jurisdicionados

Sucintamente, temos os seguintes quadros das atividades relacionadas ao programa de Capacitação de Jurisdicionados, capacitações relacionadas ao Controle Social e Outros Eventos, realizados no 3º trimestre de 2012:

| CURSO / PALESTRA / SEMINÁRIO / EVENTO   | PERÍODO                        | PARTICIPANTES | MUNICÍPIOS | LOCAL                  | CH |
|---|--------------------------------|---------------|------------|------------------------|----|
| V SIMPLES NACIONAL PARANÁ   | 4 de julho                     | 131           | 24         | Auditório TCE          | 8  |
| AUDIÊNCIA SOBRE O SISTEMA DE INFORMAÇÕES MUNICIPAIS - SIM-AM 2013                               | 09 de agosto                   | 83            | 28         | Palácio das Araucárias | 7  |
| JORNADA DE ORIENTAÇÃO JURÍDICA - MÓDULO I - "Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social" | 21 de agosto                   | 106           | 46         | Auditório TCE          | 8  |
| JORNADA DE ORIENTAÇÃO JURÍDICA - MÓDULO II - "Aposentadorias e Pensões"                         | 22 de agosto                   | 138           | 54         | Auditório TCE          | 8  |
| JORNADA DE ORIENTAÇÃO JURÍDICA - MÓDULO III - "Contratação de Pessoal"                          | 23 de agosto                   | 139           | 57         | Auditório TCE          | 8  |
| SEMINÁRIO SOBRE O SISTEMA DE INFORMAÇÕES MUNICIPAIS SIM-AM 2013                                 | 21 e 22 de agosto              | 580           | 93         | Cascavel/PR            | 16 |
| SEMINÁRIO SOBRE O SISTEMA DE INFORMAÇÕES MUNICIPAIS SIM-AM 2013                                 | 04 e 05 de setembro            | 421           | 98         | FESP - Curitiba/PR     | 16 |
| SEMINÁRIO SOBRE O SISTEMA DE INFORMAÇÕES MUNICIPAIS SIM-AM 2013                                 | 11 e 12 de setembro            | 548           | 90         | Apucarana / PR         | 16 |
| SEMINÁRIO SOBRE O SISTEMA DE INFORMAÇÕES MUNICIPAIS SIM-AM 2013                                 | 25 e 26 de setembro            | 302           | 69         | Pato Branco/PR         | 16 |
| EGP – Virtual - IMPACTO DA LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO NA ROTINA DAS INSTITUIÇÕES                | 13 de setembro a 17 de outubro | 120           | 48         | EAD                    | 20 |

**Tabela 25 - Capacitação aos jurisdicionados - Fonte: EGP - TCE-PR**

- ✓ Destaques:
- ✓ Sudoeste do Paraná recebe capacitação regional para o SIM-AM 2013

No seminário, técnicos da Diretoria de Contas Municipais (DCM), apresentaram o novo modelo de dados que será utilizado pelo TCE-PR a partir de janeiro. A abordagem incluiu a inicialização de exercícios, regras de importação, fechamento e envio de dados ao sistema. Desenvolvido pelo TCE a partir de 2001, o SIM é um sistema informatizado que recebe e analisa informações da gestão municipal. Ele é atualizado anualmente. A versão 2013

– completamente reformulada e construída a partir da sugestão de especialistas e usuários, ouvidos em audiências públicas – está organizada em 11 módulos: Contábil, Contrato, Controle Interno, Folha de Pagamento, Licitação, Obras Públicas, Patrimônio, Planejamento e Orçamento, Tabelas Cadastrais, Tesouraria e Tributário. Todos esses itens foram tratados no treinamento. Os técnicos da DCM orientaram sobre as inovações do SIM-AM, suas diretrizes e normativas. O sistema reúne informações de gestão de 1.300 entidades públicas, dos 399 municípios paranaenses – prefeituras, câmaras, autarquias e órgãos da administração indireta. Essas informações são fornecidas por aproximadamente 13 mil profissionais da gestão pública.

#### ✓ TCE alerta para penalidades da Lei de Acesso à Informação e promove capacitação

---

Para orientar órgãos estaduais e municipais como implantar a legislação e não correr os riscos de sanções, o Tribunal iniciou um programa de capacitação de gestores e servidores para atender à legislação que tornou regra o pleno acesso aos dados de interesse do cidadão disponíveis em órgãos públicos. A lei está em vigor desde 16 de maio. Entidades privadas sem fins lucrativos que recebam recursos públicos para a realização de ações de interesse público e que tenham parceria ou convênios com o governo também devem divulgar informações sobre o dinheiro recebido e sua destinação, conforme a legislação. O curso Impacto da Lei de Acesso à Informação na Rotina das Instituições Públicas será na modalidade virtual e é voltado a gestores e servidores de todas as esferas da Administração Pública no Paraná: prefeituras, câmaras municipais e órgãos da Administração Estadual. O curso inaugurou uma nova ferramenta, que ampliará a capacidade de treinamento da Escola de Gestão Pública do TCE. O EGP Virtual possibilita a conexão interativa, pela internet, entre professor e aluno – que se conecta ao sistema de qualquer computador ligado à web, por meio de login e senha fornecidos pelo Tribunal. Dividido em 12 lições, que somam 20 horas-aula, o curso foi ministrado entre os dias 17 e 30 de setembro. O programa de capacitação desenvolvido no Paraná é resultado de uma inédita parceria do TCE com a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE) e o Governo do Estado, para orientar os órgãos públicos na adoção de ferramentas e rotinas que possibilitem o atendimento pleno à Lei 12.527/11.

#### ✓ TCE orienta sobre admissão de pessoal e previdência

---

Voltada aos servidores municipais e estaduais, Jornada Jurídica tem como principais objetivos a capacitação em normatização, realização de cálculos atuariais e padronização de processos de aposentadorias e pensões encaminhadas ao Tribunal. Servidores que atuam nas áreas de gestão de pessoas e entidades previdenciárias estaduais e municipais receberam, em Curitiba, a Jornada de Orientação Jurídica, promovida pelo Tribunal. Direcionada à

administração de pessoal, envolvendo da admissão à aposentadoria, a Jornada Jurídica foi composta por três módulos sequenciais ministrados por técnicos da Diretoria Jurídica (Dijur) do Tribunal. Entre os principais assuntos tratados na jornada foram: a contratação de empresas privadas ou fundações para a realização de concursos públicos; realização e revisão de cálculo atuarial como instrumento de gestão previdenciária; fiscalização do TCE sobre os regimes próprios de previdência; editais de concursos públicos e as regras de transição geradas a partir das emendas constitucionais que promoveram mudanças no regime geral de previdência.

- ✓ [Evento, nesta quarta-feira, orienta sobre tributação de micro e pequenas empresas](#)

O 5º Encontro Simples Nacional, que ocorreu no auditório do TCE, foi destinado a servidores da Receita Federal do Brasil (RFB), do Estado e municípios que atuam na operacionalização de sistemas relacionados ao sistema tributário simplificado. Foram abordadas novas questões relativas ao sistema tributário de microempresas e pequenas empresas.

### 7.3.3 Outros Eventos realizados pela EGP

| CURSO / PALESTRA / SEMINÁRIO / EVENTO  | PERÍODO             | PARTICIPANTES | CH | LOCAL         | MUNICÍPIOS | ESTADOS |
|--|---------------------|---------------|----|---------------|------------|---------|
| Semana da Saúde  | 06 a 10 de agosto   | x             | x  | Auditório TCE | 1          | 1       |
| III EDUCORP - Encontro Técnico de Educação Corporativa dos Tribunais de Contas | 29 a 31 de setembro | 68            | 20 | Auditório TCE | 21         | 19      |

Tabela 26 - Outros Eventos - Fonte: EGP - TCE-PR

- ✓ [Destaque:](#)
- ✓ [TCE sedia encontro de educação corporativa dos Tribunais de Contas](#)

O Tribunal foi sede do 3º Encontro Técnico de Educação Corporativa dos Tribunais de Contas (Educorp). O evento reuniu profissionais especializados na capacitação e aperfeiçoamento dos servidores dos Tribunais de Contas. Nessa terceira edição do encontro, foi discutida a tecnologia a serviço das unidades corporativas e a estruturação das escolas de contas voltada para resultados. O Educorp acontece uma vez ao ano e trata-se de uma ação desenvolvida pelo Grupo de Educação Corporativa, criado no âmbito do Programa de Modernização do Sistema de Controle Externo dos Estados e Municípios Brasileiros (Promoex). Nessa edição, o destaque foi o lançamento do Ensino à Distância (EAD) como ferramenta de capacitação. O Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) do TCE permitirá que o

conhecimento chegue a todos os lugares, dando acesso interativo aos participantes, com a realização de cursos à distância em ambiente virtual.

#### 7.3.4. Eventos relacionados ao Controle Social e promovidos pela EGP

| EVENTO  | PARTICIPANTES | CH | PERÍODO        | MUNICÍPIOS | LOCAL           | MINISTRANTES  |
|---|---------------|----|----------------|------------|-----------------|---|
| AUDITORIA SOCIAL - PROJETO SOCIAL - RESULTADOS E FUTURO | 290           | 7  | 5 e 6 de julho | 30         | Canal da Música | Fernando Augusto de Mello Guimarães (1h); Caco Barcellos (1h) |

Tabela 27 – Eventos de Controle Social - Fonte: EGP - TCE-PR

✓ Destaque:

---

✓ Solenidade encerra, nesta quinta-feira, a primeira fase do PAF Social

---

Evento no Canal da Música trouxe os resultados práticos do trabalho de auditoria social e de levantamento de indicadores de gestão pública realizado pelos estudantes das sete universidades estaduais que participam do projeto. O evento, intitulado Projeto PAF Social – Resultados e Futuro, aconteceu no Canal da Música, em Curitiba. A abertura do encontro foi feita pelo presidente do TCE, conselheiro Fernando Guimarães. Em seguida, o jornalista e escritor Caco Barcellos deu uma conferência sobre o tema Auditoria e Controle Social: o Uso das Redes Sociais. Autor de livros como Rota 66 – A História da Polícia que Mata e Abusado, Barcellos é apresentador do programa Profissão Repórter, da Rede Globo. No evento, foram apresentados também painéis contendo os resultados do trabalho de auditoria social e de levantamento de indicadores de gestão pública realizado pelo PAF Social.

## 8. Resultado Orçamentário e Financeiro

O orçamento do TCE-PR para o ano de 2012 apresentou dotação de R\$ 262.299.040,00. A despesa liquidada no final do 3º trimestre foi de R\$ 69.040.412,48; representando 26% da dotação orçamentária disponível para execução. A dotação e a distribuição dos dispêndios do Tribunal, segundo a natureza da despesa, estão indicadas na tabela seguir:

| DESCRIÇÃO                            | DOTAÇÃO               | Liquidado<br>Julho/2012 | Liquidado<br>Agosto/2012 | Liquidado<br>Setembro/2012 | TOTAL LIQUIDADO<br>NO TRIMESTRE | %   |
|--------------------------------------|-----------------------|-------------------------|--------------------------|----------------------------|---------------------------------|-----|
| <b>DESPESAS CORRENTES</b>            | <b>252.128.840,00</b> | <b>24.601.226,33</b>    | <b>16.486.234,84</b>     | <b>26.756.711,88</b>       | <b>67.844.173,05</b>            | 27% |
| <b>Pessoal e Encargos</b>            | <b>222.910.420,00</b> | <b>22.449.511,40</b>    | <b>15.109.751,77</b>     | <b>24.260.285,34</b>       | <b>61.819.548,51</b>            | 28% |
| Ativo                                | 152.210.420,00        | 15.393.722,44           | 10.287.772,38            | 15.326.907,43              | 41.008.402,25                   | 27% |
| Inativo                              | 70.700.000,00         | 7.055.788,96            | 4.821.979,39             | 8.933.377,91               | 20.811.146,26                   | 29% |
| <b>Outras Despesas<br/>Correntes</b> | <b>29.218.420,00</b>  | <b>2.151.714,93</b>     | <b>1.376.483,07</b>      | <b>2.496.426,54</b>        | <b>6.024.624,54</b>             | 21% |
| Material de Consumo                  | 2.125.000,00          | 61.024,21               | 179.729,92               | 661.095,89                 | 901.850,02                      | 42% |
| Serviços de Terceiros                | 19.688.420,00         | 1.542.542,01            | 1.036.890,34             | 1.330.093,61               | 3.909.525,96                    | 20% |
| Contribuições                        | 2.550.000,00          | 411.665,00              | - 34.089,56              | 1.350,00                   | 378.925,44                      | 15% |
| Outras Despesas                      | 4.855.000,00          | 136.483,71              | 193.952,37               | 503.887,04                 | 834.323,12                      | 17% |
| <b>INVESTIMENTOS</b>                 | <b>10.170.200,00</b>  | <b>324.182,92</b>       | <b>457.535,01</b>        | <b>414.521,50</b>          | <b>1.196.239,43</b>             | 12% |
| <b>Obras</b>                         | <b>3.749.200,00</b>   | <b>188.473,06</b>       | <b>46.297,80</b>         | <b>337.711,14</b>          | <b>572.482,00</b>               | 15% |
| <b>Investimentos</b>                 | <b>5.825.000,00</b>   | <b>135.709,86</b>       | <b>411.237,21</b>        | <b>76.810,36</b>           | <b>623.757,43</b>               | 11% |
| <b>Outros Investimentos</b>          | <b>596.000,00</b>     | -                       | -                        | -                          | -                               | 0%  |
| <b>TOTAL</b>                         | <b>262.299.040,00</b> | <b>24.925.409,25</b>    | <b>16.943.769,85</b>     | <b>27.171.233,38</b>       | <b>69.040.412,48</b>            | 26% |

Tabela 28 – Dotação e distribuição dos dispêndios do Tribunal no 3º trimestre. Fonte: Diretoria Financeira - TCE-PR.

## 9. Fonte de Informações

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)

PARANÁ. Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. Lei Complementar 113/2005 disponível em [http://www.alep.pr.gov.br/sc\\_integras/leis/LCS00000113.htm](http://www.alep.pr.gov.br/sc_integras/leis/LCS00000113.htm)

PARANÁ. Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Edições do “Contando para Você”, disponível na Intranet do TCE-PR.

PARANÁ. Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Dados do sistema de trâmite do TCE-PR.

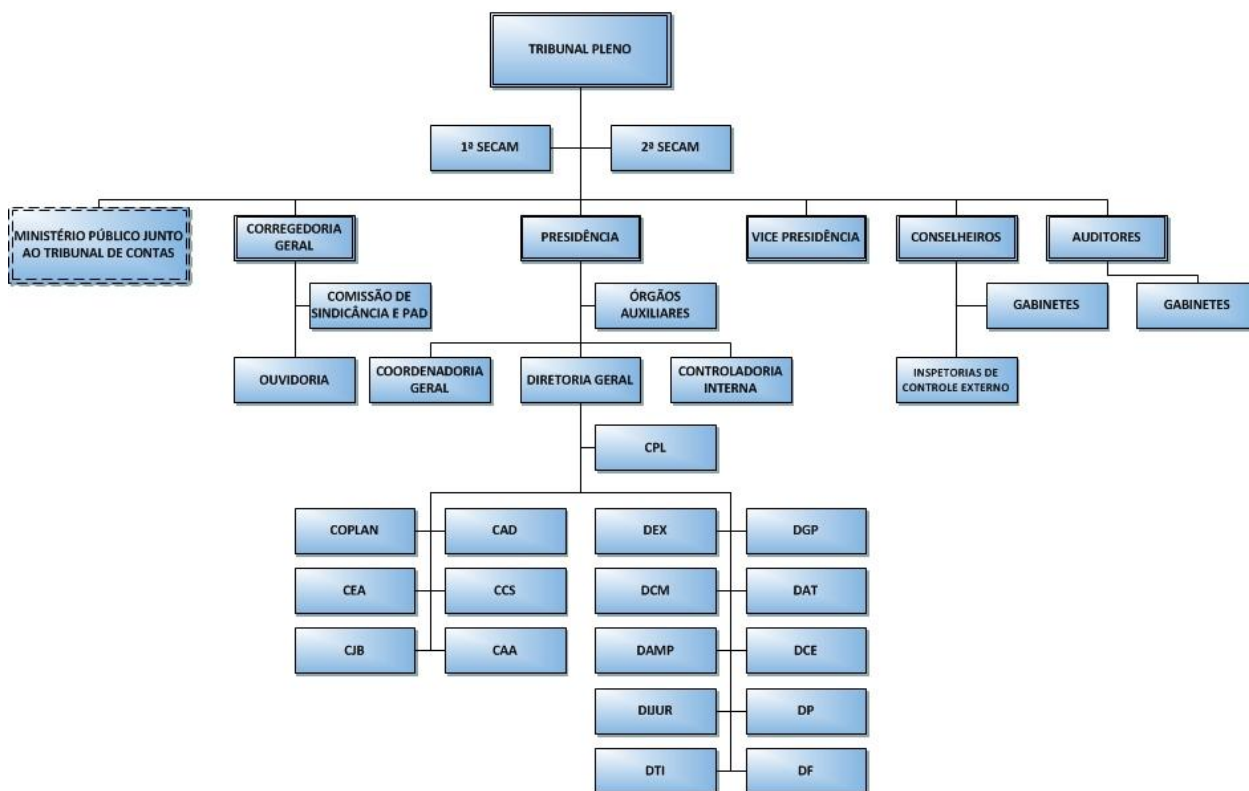
PARANÁ. Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Dados fornecidos pelas unidades técnicas do TCE-PR.

PARANÁ. Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Dados do sistema Channel, disponível na Intranet do TCE-PR.



10. ANEXOS

# Organograma TCE/PR 2011



## 11. Lista de Abreviaturas e Siglas

ALEP – Assembleia Legislativa do Paraná  
 AOP – Auditoria Operacional  
 AOTC – Atos Oficiais do Tribunal de Contas do Estado do Paraná  
 AP – Atos de Pessoal  
 ATRICON – Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil  
 BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento  
 BNDES – Banco Nacional do Desenvolvimento  
 BPM – Gerenciamento de Processos de Negócios (*Business Process Management*)  
 CAD – Coordenadoria de Auditorias  
 CEA – Coordenadoria de Engenharia e Arquitetura  
 CES – Conselho Estadual de Saúde  
 CG – Coordenadoria Geral  
 CGU – Controladoria Geral da União  
 CN – Continuidade de Negócios  
 COFINS – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social  
 COPLAN – Coordenadoria de Planejamento  
 CREA-PR – Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura do Paraná  
 CSLL – Contribuição Social sobre o Lucro Líquido  
 CTIR GOV – Centro de Tratamento de Incidentes de Segurança de Redes de Computadores da Administração Pública Federal  
 DAMP – Diretoria de Administração do Material e Patrimônio  
 DAT – Diretoria de Análise de Transferências  
 DCE – Diretoria de Contas Estaduais  
 DCM – Diretoria de Contas Municipais  
 DEAP – Departamento Estadual de Arquivo Público  
 DEF – Diretoria de Finanças  
 DETC – Diário Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Paraná  
 DEX – Diretoria de Execuções  
 DF – Distrito Federal  
 DG – Diretoria Geral  
 DIJUR – Diretoria Jurídica  
 EAD – Ensino à Distância  
 EDUCORP – Encontro Técnico de Educação Corporativa dos Tribunais de Contas  
 EGP – Escola de Gestão Pública  
 FACECLA – Faculdade Cenequista de Campo Largo  
 FDE – Fundo de Desenvolvimento Estadual  
 FESP – Faculdade de Educação Superior do Paraná  
 FGV – Fundação Getúlio Vargas  
 FIFA – Federação Internacional das Associações de Futebol  
 FPME-PR - Fórum Permanente das Micro e Pequenas Empresas do Estado do Paraná  
 GP – Gabinete da Presidência  
 IAP – Instituto Ambiental do Paraná  
 IBDP – Instituto Brasileiro de Direito Processual  
 IBDP – Instituto Brasileiro de Direito Público  
 IBRAOP – Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas  
 ICE – Inspeção de Controle Externo  
 ICI – Instituto Curitiba de Informática  
 IML – Instituto Médico Legal  
 IN – Instrução Normativa  
 INDG – Instituto de Desenvolvimento Gerencial  
 INSS – Instituto Nacional da Seguridade Social  
 IR – Imposto de Renda  
 IRB – Instituto Rui Barbosa  
 ISS – Imposto sobre Serviços  
 LC – Lei Complementar

LTDA – Limitada  
 MPE – Ministério Público do Estado  
 MPJTC – Ministério Público junto ao Tribunal de Contas  
 NBCASP – Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público  
 OAB – Ordem dos Advogados do Brasil  
 OSB – Observatório Social do Brasil  
 PAF – Programa Anual de Fiscalização  
 PAF Social – Programa Anual de Fiscalização Social  
 PCA – Prestação de Contas Anual  
 PGM – Procuradoria Geral do Município  
 PIS – Programa de Integração Social  
 PMBOK – *Project Management Body of Knowledge*  
 PMI – *Project Management Institute*  
 PROMOEX – Programa de Modernização do Sistema de Controle Externo dos Estados e Municípios Brasileiros  
 PSIC – Política de Segurança da Informação e Comunicações  
 RFB – Receita Federal do Brasil  
 RGF – Relatórios de Gestão Fiscal  
 RPPS – Regime Próprio de Previdência Social  
 RREO – Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária  
 SAE – Secretaria de Assuntos Estratégicos  
 SEAE – Secretaria Especial para Assuntos Estratégicos  
 SEAP – Secretaria da Administração e Previdência  
 SEFA – Secretaria da Fazenda  
 SEI – Sistema Estadual de Informações  
 SESP – Secretaria de Estado da Segurança Pública  
 SI – Segurança da Informação  
 SIM – Sistema de Informações Municipais  
 SIM-AM – Sistema de Informações Municipais – Acompanhamento Mensal  
 SIM-AP – Sistema de Informações Municipais – Atos de Pessoal  
 SIM-PCA – Sistema de Informações Municipais – Prestações de Contas Anuais  
 SIT – Sistema Integrado de Transferências  
 TCE-PR – Tribunal de Contas do Estado do Paraná  
 TCU – Tribunal de Contas da União  
 TI – Tecnologia da Informação  
 TJ – Tribunal de Justiça  
 TRF – Tribunal Regional Federal  
 TRT – Tribunal Regional do Trabalho  
 UEL – Universidade Estadual de Londrina  
 UEM – Universidade Estadual de Maringá  
 UENP – Universidade Estadual do Norte do Paraná  
 UEPG – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
 UFPR – Universidade Federal do Paraná  
 UNESPAR – Universidade Estadual do Paraná  
 UNICENTRO – Universidade Estadual do Centro-oeste  
 UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
 USP – Universidade de São Paulo  
 UTFPR – Universidade Tecnológica Federal do Paraná



# TCEPR

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ